

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	10
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	11
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	12
Demonstração do Valor Adicionado	13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	15
Balanço Patrimonial Passivo	17
Demonstração do Resultado	19
Demonstração do Fluxo de Caixa	20

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	22
Demonstração do Valor Adicionado	23

Relatório da Administração	25
----------------------------	----

Notas Explicativas	43
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	91
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	93
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	94
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	95

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	330.386.000
Preferenciais	0
Total	330.386.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	21/03/2011	Juros sobre Capital Próprio	01/12/2011	Ordinária		0,04340
Reunião do Conselho de Administração	21/06/2011	Juros sobre Capital Próprio	01/12/2011	Ordinária		0,04473
Reunião do Conselho de Administração	22/12/2011	Juros sobre Capital Próprio	31/05/2012	Ordinária		0,04464
Assembléia Geral Ordinária	11/04/2011	Dividendo	31/05/2011	Ordinária		0,01791

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1	Ativo Total	2.596.652	918.336	727.998
1.01	Ativo Circulante	770.563	666.448	550.086
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	144.863	180.846	127.692
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	15.319	14.509
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	0	15.319	14.509
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	0	15.319	14.509
1.01.03	Contas a Receber	168.790	131.017	112.390
1.01.03.01	Clientes	146.788	114.294	101.256
1.01.03.01.01	Cheques a Receber	3.359	3.768	4.582
1.01.03.01.02	Cartões de Crédito e Débito	126.848	102.108	89.865
1.01.03.01.03	PBM - Programa de Benefício de Medicamentos	14.040	6.112	4.716
1.01.03.01.04	Convênios com Empresas	3.191	2.800	2.637
1.01.03.01.08	(-) Provisão p/Crédito de Liq. Duvidosa	-650	-494	-544
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	22.002	16.723	11.134
1.01.03.02.01	Adiantamentos a Funcionários	1.511	1.154	1.092
1.01.03.02.02	Devoluções a Fornecedores	3.357	2.984	1.602
1.01.03.02.03	Acordos Comerciais	14.030	7.256	6.338
1.01.03.02.08	Outros	3.104	5.329	2.102
1.01.04	Estoques	388.763	295.958	260.936
1.01.04.01	Mercadorias de Revenda	388.974	294.681	260.024
1.01.04.02	Materiais	2.245	2.474	2.102
1.01.04.03	(-) Provisão p/Perdas com Mercadorias	-2.456	-1.197	-1.190
1.01.06	Tributos a Recuperar	61.579	39.656	32.352
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	61.579	39.656	32.352
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.568	3.652	2.207
1.02	Ativo Não Circulante	1.826.089	251.888	177.912
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	39.102	31.411	22.969
1.02.01.03	Contas a Receber	608	565	434
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	608	565	434

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1.02.01.06	Tributos Diferidos	0	1.628	3.357
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	1.628	3.357
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	136	97	170
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	38.358	29.121	19.008
1.02.01.09.03	Depósitos Compulsórios e Incentivos Fiscais	0	5	6
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	4.562	1.912	1.771
1.02.01.09.05	Tributos a Recuperar	33.235	26.459	16.486
1.02.01.09.06	Precatórios	561	745	745
1.02.02	Investimentos	1.554.303	0	0
1.02.02.01	Participações Societárias	1.554.303	0	0
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.554.303	0	0
1.02.03	Imobilizado	175.126	154.281	115.912
1.02.04	Intangível	57.558	66.196	39.031

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2	Passivo Total	2.596.652	918.336	727.998
2.01	Passivo Circulante	324.547	287.654	291.996
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	38.112	28.275	31.500
2.01.01.01	Obrigações Sociais	6.935	5.877	4.323
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	31.177	22.398	27.177
2.01.02	Fornecedores	211.047	192.722	196.047
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	211.047	192.722	196.047
2.01.03	Obrigações Fiscais	16.781	14.243	14.613
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	6.655	7.944	9.025
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	865	5.617	7.313
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	5.790	2.327	1.712
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	9.957	6.122	5.457
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	169	177	131
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	24.928	20.355	17.077
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	24.928	20.355	17.077
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	24.928	20.355	17.077
2.01.05	Outras Obrigações	30.225	29.224	29.728
2.01.05.02	Outros	30.225	29.224	29.728
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.662	11.914	18.045
2.01.05.02.04	Aluguéis	6.070	4.153	3.418
2.01.05.02.05	Lucas Comerciais	699	593	752
2.01.05.02.06	Demais Contas a Pagar	19.794	12.564	7.513
2.01.06	Provisões	3.454	2.835	3.031
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.521	1.357	204
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	93	93	93
2.01.06.01.05	Provisões para Demandas Judiciais	1.428	1.264	111
2.01.06.02	Outras Provisões	1.933	1.478	2.827
2.01.06.02.04	Provisões p/Campanhas Internas	1.180	600	1.940
2.01.06.02.05	Provisões p/Despesas Extraordinárias	708	708	708

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2.01.06.02.06	Provisões p/Obrigações Diversas	45	170	179
2.02	Passivo Não Circulante	70.931	32.065	24.398
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	62.749	28.237	20.243
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	62.749	28.237	20.243
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	62.749	28.237	20.243
2.02.02	Outras Obrigações	3.020	2.762	2.839
2.02.02.02	Outros	3.020	2.762	2.839
2.02.02.02.03	Outras	3.020	2.762	2.839
2.02.03	Tributos Diferidos	4.484	0	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.484	0	0
2.02.04	Provisões	678	1.066	1.316
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	678	1.066	1.316
2.02.04.01.05	Provisões para Demandas Judiciais	678	1.066	1.316
2.03	Patrimônio Líquido	2.201.174	598.617	411.604
2.03.01	Capital Social Realizado	908.639	285.400	285.400
2.03.02	Reservas de Capital	1.039.935	100.889	14.637
2.03.03	Reservas de Reavaliação	13.325	19.523	19.725
2.03.04	Reservas de Lucros	239.275	192.805	91.842
2.03.04.01	Reserva Legal	14.375	14.375	9.924
2.03.04.02	Reserva Estatutária	215.162	177.494	121.580
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	9.738	4.238	3.989
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	0	-3.302	-43.651

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.318.773	2.007.828	1.723.042
3.01.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	2.418.836	2.091.749	1.790.389
3.01.02	Impostos Incidentes sobre Vendas	-88.416	-72.921	-56.951
3.01.03	Abatimentos	-11.647	-11.000	-10.396
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.701.655	-1.491.904	-1.299.681
3.03	Resultado Bruto	617.118	515.924	423.361
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-530.560	-401.952	-325.385
3.04.01	Despesas com Vendas	-383.250	-312.185	-247.284
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-119.056	-89.767	-78.101
3.04.02.01	Administrativas	-74.457	-58.475	-56.331
3.04.02.02	Depreciações e Amortizações	-44.599	-31.292	-21.770
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-18.411	0	0
3.04.05.01	Despesas Extraordinárias	-18.411	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-9.843	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	86.558	113.972	97.976
3.06	Resultado Financeiro	9.452	6.857	7.244
3.06.01	Receitas Financeiras	18.584	12.372	12.102
3.06.02	Despesas Financeiras	-9.132	-5.515	-4.858
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	96.010	120.829	105.220
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-27.314	-31.814	-30.630
3.08.01	Corrente	-27.094	-29.981	-31.077
3.08.02	Diferido	-220	-1.833	447
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	68.696	89.015	74.590
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	68.696	89.015	74.590
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,21599	0,49533	0,42006
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,21599	0,49318	0,41761

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	18.941	52.446	73.909
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	160.765	158.437	132.832
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes do I.R. e C.S.L.L	96.010	120.829	105.220
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	44.599	31.292	21.770
6.01.01.03	Plano de Opções de Ações	532	829	1.276
6.01.01.04	Resultado na Venda ou Baixa do Imobilizado e Intagível	957	58	133
6.01.01.05	Provisão (Reversão) para Demandas Judiciais	-94	1.092	616
6.01.01.06	Provisão para Perdas no Estoque	1.259	8	212
6.01.01.07	Provisão (Reversão) para Crédito de Liquidação Duvidosa	157	-51	-204
6.01.01.08	Despesas de Juros	7.502	4.380	3.809
6.01.01.09	Resultado de equivalência patrimonial	9.843	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-109.884	-74.196	-38.652
6.01.02.01	Aplicações Financeiras	15.319	-810	-14.509
6.01.02.02	Contas a Receber	-37.923	-18.521	-30.954
6.01.02.03	Estoques	-94.064	-35.030	-43.028
6.01.02.04	Outros Ativos Circulantes	-21.980	-6.784	-770
6.01.02.05	Ativos no Realizável a Longo Prazo	-6.813	-9.178	-14.430
6.01.02.06	Fornecedores	18.325	-3.325	63.216
6.01.02.07	Salários e Encargos Sociais	9.837	-3.225	8.825
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	-2.421	-5.083	-8.530
6.01.02.09	Outras Obrigações	7.919	7.025	913
6.01.02.10	Aluguéis a Pagar	1.917	735	615
6.01.03	Outros	-31.940	-31.795	-20.271
6.01.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-31.940	-31.795	-20.271
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-57.770	-100.706	-48.431
6.02.01	Aquisições de Imobilizado e Intangível	-58.264	-101.577	-49.531
6.02.02	Recebimentos por Vendas de Imobilizados	494	871	1.100
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	2.846	101.414	-22.990
6.03.01	Financiamentos Tomados	60.865	28.543	8.719

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.03.02	Pagamentos de Financiamentos	-22.647	-17.785	-12.570
6.03.03	Juros Pagos	-6.636	-3.865	-3.112
6.03.04	Recebimento de Exercício do Plano de Opção de Ação	909	262	794
6.03.05	Recebimento da Alienação de Ações Mantidas em Tesouraria	0	125.510	0
6.03.06	Juros Sobre Capital Próprio e Dividendo Pagos	-29.645	-31.251	-16.821
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-35.983	53.154	2.488
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	180.846	127.692	125.204
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	144.863	180.846	127.692

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	285.400	100.889	212.328	0	0	598.617
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.400	100.889	212.328	0	0	598.617
5.04	Transações de Capital com os Sócios	623.239	939.046	8.802	-31.230	0	1.539.857
5.04.01	Aumentos de Capital	623.239	940.907	0	0	0	1.564.146
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	532	0	0	0	532
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	-2.393	3.302	0	0	909
5.04.06	Dividendos	0	0	9.738	-9.738	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-21.562	0	-21.562
5.04.08	Dividendo de 2010 aprovado na AGO de 11 de Abril de 2011	0	0	-4.238	0	0	-4.238
5.04.09	Juros Sobre Capital Próprio Prescrito	0	0	0	70	0	70
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	68.696	0	68.696
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	68.696	0	68.696
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	31.470	-37.466	0	-5.996
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	37.668	-37.668	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-306	306	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	104	-104	0	0
5.06.09	I.R.P.J. e C.S.L. Diferidos sobre Reserva de Reavaliação de Terrenos	0	0	-5.996	0	0	-5.996
5.07	Saldos Finais	908.639	1.039.935	252.600	0	0	2.201.174

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	285.400	14.637	111.567	0	0	411.604
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.400	14.637	111.567	0	0	411.604
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	86.252	40.598	-28.852	0	97.998
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	829	0	0	0	829
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	85.423	40.349	0	0	125.772
5.04.06	Dividendos	0	0	4.238	-4.238	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-24.675	0	-24.675
5.04.08	Dividendo de 2009 aprovado na AGO de 05 de abril de 2010	0	0	-3.989	0	0	-3.989
5.04.09	Juros Sobre o Capital Próprio Prescrito	0	0	0	61	0	61
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	89.015	0	89.015
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	89.015	0	89.015
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	60.163	-60.163	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	60.365	-60.365	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-306	306	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	104	-104	0	0
5.07	Saldos Finais	285.400	100.889	212.328	0	0	598.617

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	285.400	15.869	59.604	0	0	360.873
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.400	15.869	59.604	0	0	360.873
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-1.232	1.731	-24.358	0	-23.859
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.276	0	0	0	1.276
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	-2.508	3.302	0	0	794
5.04.06	Dividendos	0	0	3.989	-3.989	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-20.400	0	-20.400
5.04.08	Dividendo de 2008 aprovado na AGO de 13 de abril de 2009	0	0	-5.560	0	0	-5.560
5.04.09	Juros Sobre o Capital Próprio Prescrito	0	0	0	31	0	31
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	74.590	0	74.590
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	74.590	0	74.590
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	50.232	-50.232	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	50.434	-50.434	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-306	306	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	104	-104	0	0
5.07	Saldos Finais	285.400	14.637	111.567	0	0	411.604

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.01	Receitas	2.407.317	2.081.183	1.780.741
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.407.062	2.080.648	1.779.910
7.01.02	Outras Receitas	412	484	627
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-157	51	204
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.645.386	-1.439.648	-1.246.562
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.549.443	-1.373.777	-1.193.326
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-94.577	-65.262	-52.450
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-1.366	-609	-786
7.03	Valor Adicionado Bruto	761.931	641.535	534.179
7.04	Retenções	-44.599	-31.292	-21.770
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-44.599	-31.292	-21.770
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	717.332	610.243	512.409
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.741	12.372	12.103
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-9.843	0	0
7.06.02	Receitas Financeiras	18.584	12.372	12.103
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	726.073	622.615	524.512
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	726.073	622.615	524.512
7.08.01	Pessoal	230.902	184.223	156.358
7.08.01.01	Remuneração Direta	186.345	146.903	125.054
7.08.01.02	Benefícios	29.475	25.602	22.035
7.08.01.03	F.G.T.S.	15.082	11.718	9.269
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	318.408	265.805	225.464
7.08.02.01	Federais	100.572	93.484	77.994
7.08.02.02	Estaduais	214.586	169.643	145.338
7.08.02.03	Municipais	3.250	2.678	2.132
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	108.067	83.572	68.100
7.08.03.01	Juros	40.782	32.271	26.810
7.08.03.02	Aluguéis	67.285	51.301	41.290
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	68.696	89.015	74.590

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	21.562	24.675	20.400
7.08.04.02	Dividendos	9.738	4.238	3.989
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	37.396	60.102	50.201

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1	Ativo Total	3.168.308	0	0
1.01	Ativo Circulante	1.625.795	0	0
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	339.971	0	0
1.01.03	Contas a Receber	367.183	0	0
1.01.03.01	Clientes	287.843	0	0
1.01.03.01.01	Cheques a Receber	6.367	0	0
1.01.03.01.02	Cartões de Crédito e Débito	242.470	0	0
1.01.03.01.03	PBM - Programa de Benefício de Medicamentos	21.188	0	0
1.01.03.01.04	Convênios com Empresas	18.782	0	0
1.01.03.01.09	(-) Provisão p/Crédito de Liquidação Duvidosa	-964	0	0
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	79.340	0	0
1.01.03.02.01	Adiantamento a Funcionários	7.406	0	0
1.01.03.02.02	Devoluções a Fornecedores	12.123	0	0
1.01.03.02.03	Acordos Comerciais	55.288	0	0
1.01.03.02.08	Outros	4.523	0	0
1.01.04	Estoques	814.975	0	0
1.01.04.01	Mercadorias de Revenda	810.576	0	0
1.01.04.02	Materiais	9.402	0	0
1.01.04.03	(-) Provisão p/Perdas com Mercadorias	-5.003	0	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	93.160	0	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	93.160	0	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	10.506	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.542.513	0	0
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	44.063	0	0
1.02.01.03	Contas a Receber	608	0	0
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	608	0	0
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	136	0	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	43.319	0	0
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	7.445	0	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1.02.01.09.05	Tributos a Recuperar	35.313	0	0
1.02.01.09.06	Precatórios	561	0	0
1.02.03	Imobilizado	370.605	0	0
1.02.04	Intangível	1.127.845	0	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2	Passivo Total	3.168.308	0	0
2.01	Passivo Circulante	791.232	0	0
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	92.460	0	0
2.01.01.01	Obrigações Sociais	16.553	0	0
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	75.907	0	0
2.01.02	Fornecedores	536.399	0	0
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	536.399	0	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	30.035	0	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	11.496	0	0
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	865	0	0
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	10.631	0	0
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	17.332	0	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.207	0	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	50.325	0	0
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	50.325	0	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	50.325	0	0
2.01.05	Outras Obrigações	72.935	0	0
2.01.05.02	Outros	72.935	0	0
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.662	0	0
2.01.05.02.04	Aluguéis	12.815	0	0
2.01.05.02.05	Lucas Comerciais	699	0	0
2.01.05.02.06	Demais Contas a Pagar	55.759	0	0
2.01.06	Provisões	9.078	0	0
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.730	0	0
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	93	0	0
2.01.06.01.05	Provisões para Demandas Judiciais	1.637	0	0
2.01.06.02	Outras Provisões	7.348	0	0
2.01.06.02.04	Provisões p/Campanhas Internas	1.180	0	0
2.01.06.02.05	Provisões p/Despesas Extraordinárias	708	0	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2.01.06.02.06	Provisões p/Obrigações Diversas	5.460	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	175.902	0	0
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	111.985	0	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	111.985	0	0
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	111.985	0	0
2.02.02	Outras Obrigações	8.930	0	0
2.02.02.02	Outros	8.930	0	0
2.02.02.02.03	Programa de Recuperação Fiscal	6.096	0	0
2.02.02.02.04	Outras	2.834	0	0
2.02.03	Tributos Diferidos	51.715	0	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	51.715	0	0
2.02.04	Provisões	3.272	0	0
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.272	0	0
2.02.04.01.05	Provisões para Demandas Judiciais	3.272	0	0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.201.174	0	0
2.03.01	Capital Social Realizado	908.639	0	0
2.03.02	Reservas de Capital	1.039.935	0	0
2.03.03	Reservas de Reavaliação	13.325	0	0
2.03.04	Reservas de Lucros	239.275	0	0
2.03.04.01	Reserva Legal	14.375	0	0
2.03.04.02	Reserva Estatutária	215.162	0	0
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	9.738	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.729.392	0	0
3.01.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	2.845.418	0	0
3.01.02	Impostos Incidentes Sobre Vendas	-100.679	0	0
3.01.03	Abatimentos	-15.347	0	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.011.471	0	0
3.03	Resultado Bruto	717.921	0	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-638.364	0	0
3.04.01	Despesas com Vendas	-464.112	0	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-143.898	0	0
3.04.02.01	Administrativas	-88.226	0	0
3.04.02.02	Depreciações e Amortizações	-55.672	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-30.354	0	0
3.04.05.01	Despesas Extraordinárias	-30.354	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	79.557	0	0
3.06	Resultado Financeiro	11.648	0	0
3.06.01	Receitas Financeiras	22.447	0	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-10.799	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	91.205	0	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-22.509	0	0
3.08.01	Corrente	-25.270	0	0
3.08.02	Diferido	2.761	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	68.696	0	0
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	68.696	0	0
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	68.696	0	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,21599	0,00000	0,00000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,21599	0,00000	0,00000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	28.619	0	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	158.253	0	0
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes do I.R. e C.S.L.L.	91.205	0	0
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	55.672	0	0
6.01.01.03	Plano de Opções de Ações	532	0	0
6.01.01.04	Resultado na Venda ou Baixa do Imobilizado e Intangível	1.026	0	0
6.01.01.05	Provisão (Reversão) para Demandas Judiciais	-245	0	0
6.01.01.06	Provisão para Perdas no Estoque	500	0	0
6.01.01.07	Provisão (Reversão) para Crédito de Liquidação Duvidosa	471	0	0
6.01.01.08	Despesas de Juros	9.092	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-97.694	0	0
6.01.02.01	Aplicações Financeiras	15.319	0	0
6.01.02.02	Contas a Receber	-46.186	0	0
6.01.02.03	Estoques	-124.563	0	0
6.01.02.04	Outros Ativos Circulantes	-12.809	0	0
6.01.02.05	Ativos no Realizável a Longo Prazo	-6.686	0	0
6.01.02.06	Fornecedores	69.995	0	0
6.01.02.07	Salários e Encargos Sociais	-350	0	0
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	-2.416	0	0
6.01.02.09	Outras Obrigações	7.663	0	0
6.01.02.10	Aluguéis a Pagar	2.339	0	0
6.01.03	Outros	-31.940	0	0
6.01.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-31.940	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	143.198	0	0
6.02.01	Aquisições de Imobilizado e Intangível	-83.705	0	0
6.02.02	Recebimentos por Vendas de Imobilizados	494	0	0
6.02.03	Caixa Adquirido em Combinação de Negócios	226.409	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-12.692	0	0
6.03.01	Financiamentos Tomados	60.865	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.03.02	Pagamentos de Financiamentos	-26.183	0	0
6.03.03	Juros Pagos	-7.420	0	0
6.03.04	Recebimento de Exercício do Plano de Opção de Ação	909	0	0
6.03.05	Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-40.863	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	159.125	0	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	180.846	0	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	339.971	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	285.400	100.889	212.328	0	0	598.617	0	598.617
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.400	100.889	212.328	0	0	598.617	0	598.617
5.04	Transações de Capital com os Sócios	623.239	939.046	8.802	-31.230	0	1.539.857	0	1.539.857
5.04.01	Aumentos de Capital	623.239	940.907	0	0	0	1.564.146	0	1.564.146
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	532	0	0	0	532	0	532
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	-2.393	3.302	0	0	909	0	909
5.04.06	Dividendos	0	0	9.738	-9.738	0	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-21.562	0	-21.562	0	-21.562
5.04.08	Dividendo de 2010 aprovado na AGO de 11 de abril de 2011	0	0	-4.238	0	0	-4.238	0	-4.238
5.04.09	Juros Sobre o Capital Próprio Prescrito	0	0	0	70	0	70	0	70
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	68.696	0	68.696	0	68.696
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	68.696	0	68.696	0	68.696
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	31.470	-37.466	0	-5.996	0	-5.996
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	37.668	-37.668	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-306	306	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	104	-104	0	0	0	0
5.06.09	I.R.P.J e C.S.L Diferidos sobre Reserva de Reavaliação de Terrenos	0	0	-5.996	0	0	-5.996	0	-5.996
5.07	Saldos Finais	908.639	1.039.935	252.600	0	0	2.201.174	0	2.201.174

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.01	Receitas	2.829.885	0	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.829.944	0	0
7.01.02	Outras Receitas	412	0	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-471	0	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.992.744	0	0
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.858.944	0	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-132.434	0	0
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-1.366	0	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	837.141	0	0
7.04	Retenções	-55.672	0	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-55.672	0	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	781.469	0	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	22.448	0	0
7.06.02	Receitas Financeiras	22.448	0	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	803.917	0	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	803.917	0	0
7.08.01	Pessoal	278.524	0	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	224.643	0	0
7.08.01.02	Benefícios	35.985	0	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	17.896	0	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	334.674	0	0
7.08.02.01	Federais	111.252	0	0
7.08.02.02	Estaduais	219.647	0	0
7.08.02.03	Municipais	3.775	0	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	122.023	0	0
7.08.03.01	Juros	42.876	0	0
7.08.03.02	Aluguéis	79.147	0	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	68.696	0	0
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	21.562	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.08.04.02	Dividendos	9.738	0	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	37.396	0	0

Relatório da Administração**DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS DE 2011**

São Paulo, 26 de março de 2012. RaiaDrogasil S.A. (BM&FBovespa: RADL3) anuncia hoje seus resultados referentes ao 4º trimestre de 2011 (4T11) e ao ano de 2011. As demonstrações financeiras de RaiaDrogasil S.A. e de sua subsidiária integral Raia S.A. relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 foram preparadas em conformidade com os requerimentos do IFRS e foram auditadas por nossos auditores independentes de acordo com as práticas brasileiras e internacionais de auditoria. Os referidos demonstrativos são apresentados em Reais, e todas as taxas de crescimento referem-se ao mesmo período de 2010.

Para complementar as nossas demonstrações financeiras consolidadas, apresentamos de forma suplementar as informações financeiras combinadas não auditadas de RaiaDrogasil S.A. e de Raia S.A. para os exercícios de 2011 e de 2010. As informações combinadas consistem basicamente na soma aritmética das demonstrações financeiras individuais auditadas referentes a cada exercício social, sem os efeitos de equivalência patrimonial de Raia em RaiaDrogasil. As informações financeiras combinadas não auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não refletem os ajustes pro forma que seriam necessários na assunção de que a combinação de negócios entre Drogasil e Raia tivesse ocorrido no 1º dia dos períodos apresentados. Desta maneira, as informações combinadas podem e devem ser consideradas representativas dos nossos resultados futuros.

Em função da constituição de RaiaDrogasil S.A., incorremos em 2011 em diversas despesas não recorrentes relativas aos custos com a transação, ao alinhamento de práticas contábeis entre as empresas e à amortização gerada pelo Purchase Price Allocation (PPA), prática contábil do IFRS que aloca ao ativo as parcelas identificáveis do ágio gerado na transação, que foram todos registrados em 2011 e que se encontram discriminadas neste documento. Para uma melhor compreensão de nosso desempenho, apresentamos os nossos resultados ajustados de 2011 não considerando tais despesas. Os demonstrativos referentes a 2010 permanecem dentro dos critérios originais de cada empresa, e podem portanto não ser integralmente comparáveis.

PRINCIPAIS DESTAQUES DO ANO:

- **RaiaDrogasil:** Líder em faturamento e número de lojas em 2011 (ranking ABRAFARMA)
- **Lojas:** 776 unidades em operação (abertura de 99 lojas e fechamento de 11 lojas)
- **Receita Bruta:** R\$ 4,7 bi, crescimento de 19,7% (10,0% mesmas lojas)
- **EBITDA Ajustado:** R\$ 271,5 milhões, crescimento de 22,8%
- **Margem EBITDA Ajustada:** 5,7%, expansão de 0,1 ponto percentual
- **Lucro Líquido Ajustado:** R\$ 151,4 milhões, equivalente a 3,2% de margem líquida

Sumário Combinado	4T10	1T11	2T11	3T11	4T11
RADL3: R\$16,85/ação					
Total de ações: 330.386.000					
Valor de mercado: R\$ 5.567 milhões					
Fechamento: 23 de Março de 2012					
Contatos de RI:					
Eugênio de Zagottis					
Leonardo Correa					
Corina Steindler					
Tel.: +55 11 3165-7858					
E-mail: ri@raiadrogasil.com.br					
(R\$ mil)					
# de Lojas (final do período)	688	696	715	743	776
Abertura de Lojas	49	8	20	31	40
Fechamento de Lojas	2	0	1	3	7
# de Lojas (média do período)	671	694	707	734	762
# de funcionários	14.440	14.749	15.583	16.278	17.244
# de atendimentos	27.067	26.471	28.160	29.315	30.143
Receita Bruta	1.068.741	1.051.744	1.158.037	1.232.279	1.287.973
Lucro Bruto Ajustado	260.904	252.440	303.291	312.808	337.867
% da Receita Bruta	24,4%	24,0%	26,2%	25,4%	26,2%
EBITDA Ajustado	53.169	42.463	79.870	65.847	76.167
% da Receita Bruta	5,0%	4,0%	6,9%	5,3%	5,9%
Lucro Líquido Ajustado	21.130	18.899	44.085	31.846	43.334
% da Receita Bruta	2,0%	1,8%	3,8%	2,6%	3,4%

Relatório da Administração

CARTA AOS ACIONISTAS

O ano de 2011 marcou a constituição da RaiaDrogasil S.A., associação de iguais entre Raia S.A. e Drogasil S.A. por meio da incorporação das ações da Raia pela Drogasil, que foi concretizada no dia 10 de novembro de 2011.

A RaiaDrogasil S.A. nasce a partir de valores e visões compartilhados por duas Companhias com grande tradição no setor farmacêutico (Raia: 106 anos, Drogasil: 76 anos) e pelos seus principais acionistas, que são membros das famílias fundadoras de cada uma das empresas e que possuem quatro gerações de experiência e compromisso com o setor de drogarias.

A nova companhia congrega duas das mais conhecidas e reputadas marcas do varejo brasileiro, com operações em nove estados e entrada programada em outros três, que juntos representam 84% do mercado farmacêutico brasileiro. Esta combinação de ativos, talentos e competências permitirá à RaiaDrogasil acelerar o crescimento e capturar sinergias, incrementando a competitividade das duas marcas perante os consumidores e aportando benefícios econômicos para a empresa, acionistas e consumidores.

Já no nosso primeiro ano, a RaiaDrogasil se consolidou como a líder absoluta do varejo farmacêutico brasileiro em faturamento e em número de lojas, segundo o ranking da ABRAFARMA (Associação Brasileira das Redes de Farmácias e Drogarias) de 2011, com 776 lojas e uma receita bruta combinada de R\$ 4,7 bilhões, um crescimento de 19,7% sobre o faturamento combinado de 2010.

Abrimos em 2011 um total de 99 lojas, 60 com a marca Raia e 39 com a marca Drogasil, em linha com o *guidance* de 100 aberturas que projetamos para o ano. Reiteramos também o *guidance* de 130 novas lojas a serem abertas em 2012, que não considera eventuais fechamentos (em 2011 encerramos 11 lojas).

Destacamos a excelente evolução na nossa rentabilidade combinada. O EBITDA ajustado atingiu R\$ 271,5 milhões, uma margem de 5,7% sobre a receita bruta. Isto representou um crescimento de 22,8% e um incremento de margem de 0,1 ponto percentual. Nosso lucro líquido ajustado totalizou R\$ 151,4 milhões, uma margem líquida de 3,2%, um incremento de 66,8% sobre 2010.

Vale ressaltar que tivemos despesas não recorrentes de R\$ 57,9 milhões (R\$ 35,3 milhões relativos às despesas com a associação, R\$ 15,5 milhões relativos à harmonização de práticas contábeis, e R\$ 7,0 milhões relativos à amortização gerada pelo *Purchase Price Allocation*, prática contábil do IFRS que aloca ao ativo as parcelas identificáveis do ágio gerado na transação). Considerando estas despesas, atingimos um EBITDA combinado de R\$ 213,6 milhões, equivalente a 4,5% da nossa receita bruta, e um lucro líquido combinado de R\$ 105,7 milhões, uma margem líquida de 2,2% no exercício.

Destacamos também nossos investimentos em dois novos Centros de Distribuição no ano de 2011 nos estados do Paraná e de Goiás. Em conjunto com as duas novas plantas previstas para 2012, passaremos a operar com sete Centros de Distribuição, uma área total de aproximadamente 90 mil m², que terão um papel fundamental para suportar a aceleração do nosso crescimento. Ressaltamos também a introdução de Pluii, nossa marca proprietária de produtos de higiene e beleza. Pluii é uma marca focada no prazer dos sentidos, com fórmulas e fragrâncias proprietárias, de grande qualidade, e com preços e margens *premium*, que visa se tornar uma importante plataforma para fidelização de nossos clientes, elevação de vendas e incremento da rentabilidade. Lançada em novembro na Droga Raia, a linha será introduzida na Drogasil ao longo de 2012.

Acreditamos que para seguir com sucesso nossa trajetória de crescimento, é imprescindível que tenhamos impactos positivos para a sociedade. Consciente desse papel, a RaiaDrogasil não apenas investe de forma permanente e intensiva no desenvolvimento de seus funcionários, como também busca envolver e mobilizar parceiros de negócios e clientes para promover saúde e bem estar nas comunidades onde atua. Em 2011, foram realizados nas lojas da Drogasil e da Droga Raia mais de 20 mil exames pré-diagnósticos (glicemia, IMC, postura e aferição de pressão) gratuitamente, coletados de mais de 135 mil livros usados junto aos nossos clientes, que foram redirecionados a mais de 180 escolas e bibliotecas públicas nas cidades onde atuamos. Através da revista "Sorria", vendida na Droga Raia e da revista "Ser Família", vendida na Drogasil, com tiragem combinada de 200 mil exemplares bimestrais, foram arrecadados mais de R\$ 3 milhões em 2011 que foram destinados para a ampliação do hospital do GRAAC (Grupo de Apoio à Criança e ao Adolescente com Câncer), ao projeto Superação Jovem do IAS (Instituto Ayrton Senna) e à entidade Obra do Berço, que trabalha com famílias desassistidas. As revistas sociais constituem uma iniciativa pioneira da RaiaDrogasil para a viabilização de investimentos sociais. Elas são financiadas via receitas com publicidade e são vendidas aos nossos clientes de forma a multiplicar o valor investido. Em 2011 a revista Sorria alcançou o ranking de 6º maior revista do País em vendas avulsas, segundo o IVC.

Por fim, queremos agradecer aos nossos acionistas pela grande confiança em nós depositada, aos nossos mais de 17 mil funcionários pelo seu comprometimento incondicional e também aos milhões de clientes que todos os meses nos confiam a sua saúde e o seu bem estar. Queremos ratificar o nosso compromisso de seguir criando valor para os nossos acionistas, oportunidades para os nossos funcionários e bem estar para os nossos clientes, buscando sempre **Servir Confiança com Prazer em Cuidar**.

A Administração

Relatório da Administração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS E HARMONIZAÇÃO DE PRÁTICAS CONTÁBEIS

Apresentamos a seguir as nossas demonstrações combinadas para os anos de 2011 e de 2010. A apresentação de informações financeiras combinadas não está descrita nas práticas contábeis adotadas no Brasil ou nos IFRS e não refletem as mudanças em nossa estrutura de capital e outros possíveis efeitos da combinação de negócios com a Raia S.A.. Portanto, estas informações combinadas devem ser utilizadas como um complemento às nossas demonstrações financeiras, também incluídas neste relatório, e que consolidam Raia S.A. apenas a partir de novembro de 2011.

Em função da associação de iguais entre Raia e Drogasil por meio da incorporação de ações da Raia pela Drogasil, que passou a se denominar RaiaDrogasil, incorremos em diversas despesas não recorrentes relativas à amortização do Purchase Price Allocation (PPA), ao alinhamento de práticas contábeis entre as empresas e às despesas com a transação.

Para uma melhor compreensão de nosso desempenho, apresentamos os nossos resultados ajustados, não considerando tais despesas. As informações financeiras relativas ao ano de 2010 não foram alteradas, e permeiam dentro dos critérios originais de cada empresa. Discriminamos abaixo as despesas incorridas em 2011, que foram objeto de ajustes nos resultados apresentados.

Resumo (Em milhares de R\$) - Fav. / (Desfav.)	Lucro	Despesas	Despesas		D&A, IR	Lucro
	Bruto	Vendas	G&A	EBITDA	Desp. Fin.	Líquido
Ajustes de PPA	(7.091)			(7.091)	635	(6.456)
Ajustes de Práticas Contábeis	(16.237)	(58)	791	(15.504)	(428)	(15.932)
Gastos da Associação			(35.331)	(35.331)	12.013	(23.319)
Total	(23.328)	(58)	(34.540)	(57.926)	12.220	(45.707)

Detalhamos abaixo as despesas não recorrentes que foram incorridas em cada um dos grupos mencionados na tabela acima.

1) Amortização do PPA

O IFRS determina que as parcelas do ágio incorrido na incorporação da Raia pela RaiaDrogasil que forem identificadas no laudo econômico financeiro utilizado na constituição do ágio sejam alocadas às respectivas linhas do ativo.

O laudo elaborado por consultores externos contratados pela Administração atribuiu uma mais-valia de R\$ 8,7 milhões que foi incorporada aos estoques da Raia S.A. referente à remuneração cabível à incorporada pela aquisição destes estoques, e que é amortizada no CMV conforme a sua realização. Além disso, foram atribuídos ativos intangíveis no valor de R\$ 151,7 milhões em função do valor estimado para a marca Raia, de R\$ 56,3 relativos aos pontos comerciais, de R\$ 34,8 milhões relativos ao cartão de fidelidade da Droga Raia e de R\$ 6,9 milhões relativos à carteira de clientes do Benefício Farmácia. A tabela abaixo demonstra a avaliação dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos junto à Raia S.A. na data-base da incorporação (31 de outubro de 2011).

Purchase Price Allocation	
(R\$ milhões)	
Ágio	780,1
Marca Raia	151,7
Pontos Comerciais	56,3
Cartão Fidelidade	34,8
Estoques	8,7
Benefício Farmácia	6,9
IR Diferido Passivo	(87,9)
Valor da Aquisição	1.564,1

Relatório da Administração

Discriminamos abaixo os efeitos das amortizações destes ativos no exercício de 2011.

Ajustes de PPA (Em milhares de R\$) - Fav. / (Desfav.)	Lucro Bruto	Despesas Vendas	Despesas G&A	EBITDA	D&A, IR Desp. Fin.	Lucro Líquido
Estoques	(7.091)			(7.091)		(7.091)
Intangíveis					(2.691)	(2.691)
Imposto de Renda					3.326	3.326
Total	(7.091)			(7.091)	635	(6.456)

2) Alinhamento de Práticas Contábeis

Os demonstrativos financeiros referentes a 2011 são apresentados com critérios e estimativas contábeis unificados para RaiaDrogasil S.A. e para sua subsidiária integral Raia S.A.. Para tanto, registramos em 2011 despesas não recorrentes referentes ao alinhamento das práticas contábeis entre as empresas dentro do padrão que entendemos mais adequado.

Os principais impactos observados no CMV foram de R\$ 4,6 milhões relativo a mudança no critério de apropriação das receitas comerciais e de R\$ 11,0 milhões e devido a mudança na estimativa referente à diferenças de inventário.

Ajustes de Práticas Contábeis (Em milhares de R\$) - Fav. / (Desfav.)	Lucro Bruto	Despesas Vendas	Despesas G&A	EBITDA	D&A, IR Desp. Fin.	Lucro Líquido
Apropriação de Receitas Comerciais	(11.027)			(11.027)	160	(10.867)
Diferenças de Inventários	(4.588)			(4.588)	1.560	(3.028)
Ajustes de Provisão e Outros	(622)	(58)	791	111	(38)	73
Imposto de Renda					(2.110)	(2.110)
Total	(16.237)	(58)	791	(15.504)	(428)	(15.932)

3) Despesas da Transação

Registramos no 4T11 despesas relativas à associação entre Raia e Drogasil no total de R\$ 35,3 milhões. As principais rubricas foram os *fees* pagos aos bancos de investimento que participaram da transação (R\$ 19,0 milhões), os honorários das empresas de consultoria que nos estão assessorando na integração das empresas (R\$ 6,7 milhões) e o montante pago aos executivos da Raia S.A. para cancelamento de opções já outorgadas (R\$ 4,5 milhões, conforme discriminado no quadro abaixo).

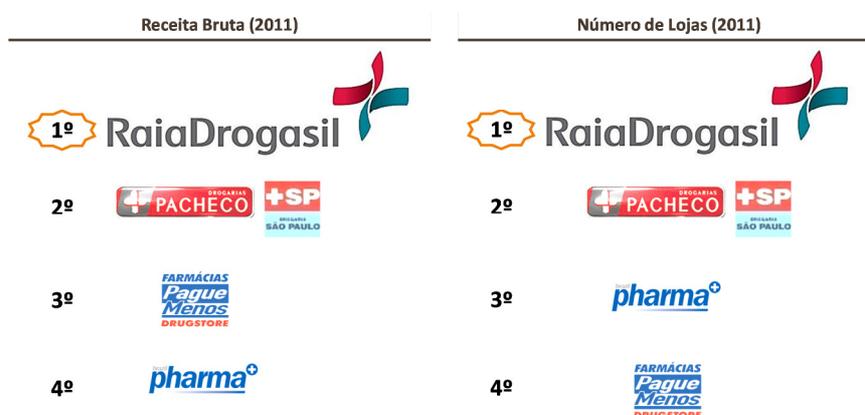
Despesas da Associação (Em milhares de R\$) - Fav. / (Desfav.)	Lucro Bruto	Despesas Vendas	Despesas G&A	EBITDA	D&A, IR Desp. Fin.	Lucro Líquido
Bancos de Investimento			(18.955)	(18.955)	6.445	(12.510)
Consultoria (McKinsey, Hay e Thymus)			(6.671)	(6.671)	2.268	(4.403)
Cancelamento do Plano de Opções (Raia)			(4.494)	(4.494)	1.528	(2.966)
Advogados, Auditores e Laudos			(4.452)	(4.452)	1.514	(2.938)
Rescisões Trabalhistas			(552)	(552)	188	(364)
Publicações Legais			(208)	(208)	71	(137)
Total			(35.331)	(35.331)	12.013	(23.319)

Ressaltamos que as despesas não recorrentes que foram incorridas na associação entre Raia e Drogasil foram registradas apenas no exercício de 2011. Os demonstrativos financeiros referentes a 2010 seguem apresentados dentro dos critérios e estimativas históricos que eram até então adotados por cada uma das empresas, sem que qualquer alinhamento de prática tenha sido feito, a não ser reclassificações entre rubricas. Portanto, os resultados de 2011 que apresentamos a seguir já refletem integralmente as novas práticas contábeis da RaiaDrogasil S.A. e da Raia S.A., e acreditamos que devem ser representativos dos nossos resultados futuros.

Relatório da Administração

ASSOCIAÇÃO ENTRE RAIÁ E DROGASIL – CRIAÇÃO DO LÍDER ABSOLUTO DO SETOR

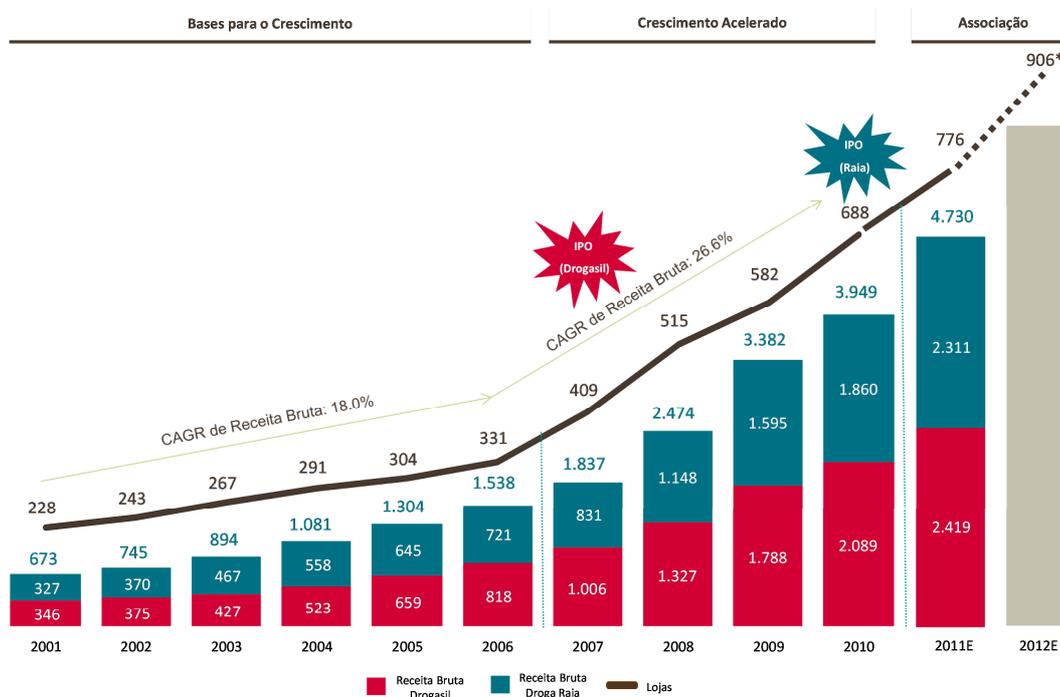
No dia 03 de agosto de 2011 anunciamos a associação entre Raia e Drogasil, cujo fechamento da transação ocorreu em 10 de novembro de 2011. Esta associação criou a RaiaDrogasil, a empresa líder absoluta do mercado brasileiro de drogarias, com uma combinação única de escala, eficiência e flexibilidade financeira.



Fonte: Ranking ABRAFARMA 2011. As aquisições verificadas em 2011 e no início de 2012 (compra de Big Ben e Santana pela Brazil Pharma) foram refletidas pro-forma em 2011.

A RaiaDrogasil S.A. nasce a partir de valores e visões compartilhados por duas Companhias com grande tradição no setor farmacêutico (Raia: 106 anos, Drogasil: 76 anos) e pelos seus principais acionistas, que são membros das famílias fundadoras de cada uma das empresas e que possuem quatro gerações de experiência e compromisso com o setor.

A nova companhia congrega duas das mais conhecidas e reputadas marcas do varejo brasileiro. Esta combinação de ativos, talentos e competências permitirá à RaiaDrogasil acelerar o crescimento e capturar sinergias, incrementando a competitividade das duas marcas perante os consumidores e aportando benefícios econômicos para a empresa, acionistas e consumidores. O gráfico abaixo detalha o histórico combinado de crescimento de faturamento e do número de lojas das marcas Raia e Drogasil.

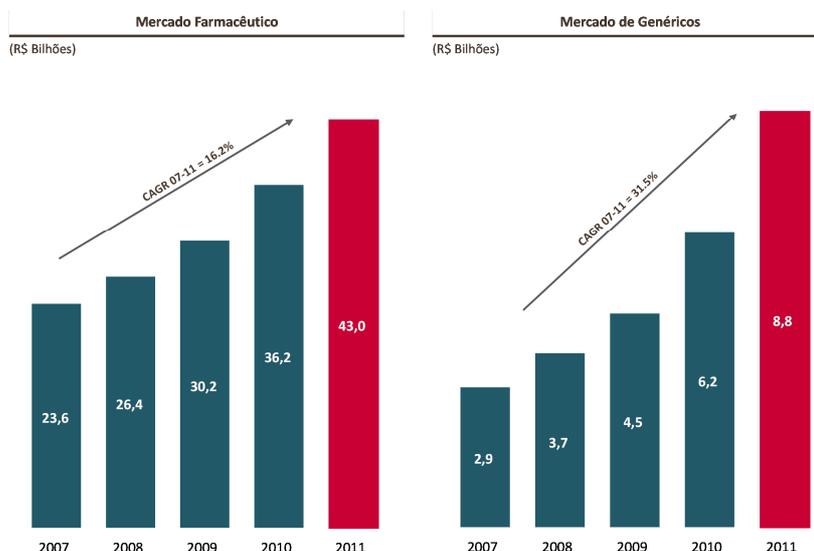


* Assume o guidance fornecido de 130 aberturas brutas sem considerar eventuais encerramentos que devem ocorrer ao longo do exercício

Relatório da Administração

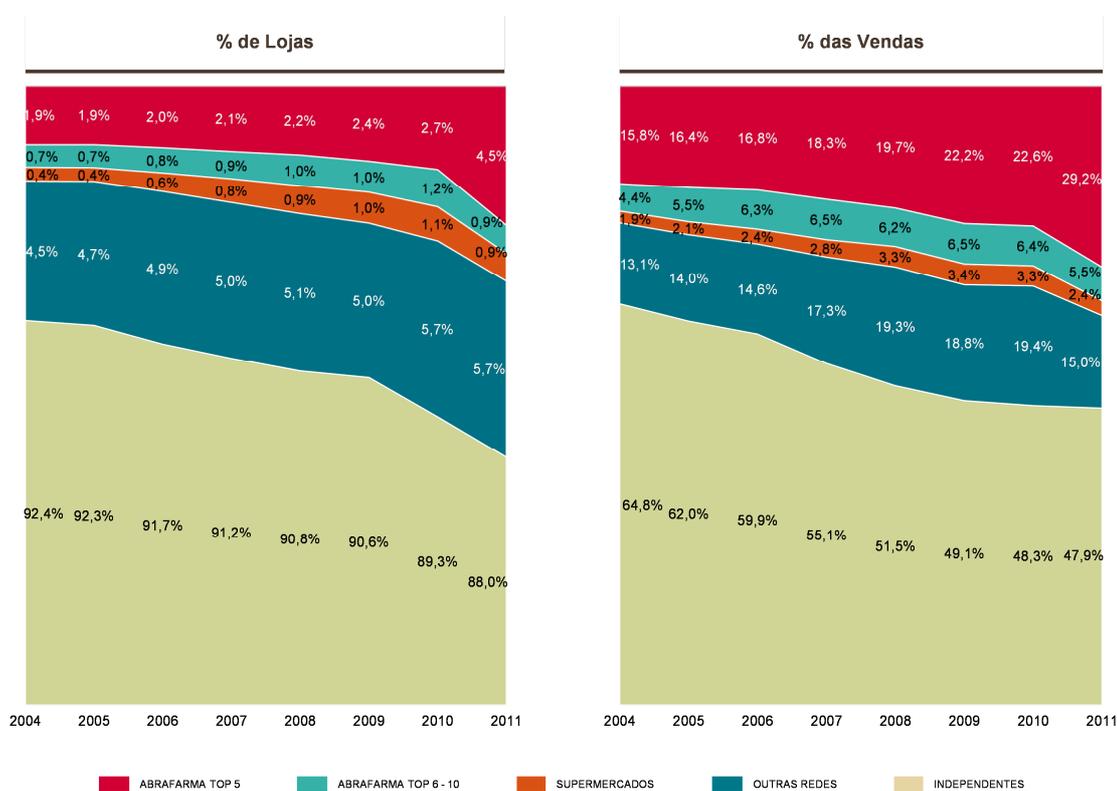
EVOLUÇÃO DO MERCADO

Em 2011 o mercado farmacêutico seguiu apresentando taxas robustas de crescimento, conforme os gráficos abaixo.



De acordo com o IMS Health, o mercado farmacêutico brasileiro cresceu 18,8% em relação ao ano de 2010, atingindo um faturamento total R\$ 43,0 bilhões em 2011. Este expressivo crescimento de mercado foi impulsionado pela forte elevação nas vendas de genéricos, que beneficiados pelo ciclo de vencimento de patentes que se iniciou em 2010 e se aprofundou em 2011, atingiram um faturamento de R\$ 8,8 bilhões e apresentaram um crescimento de 42,0% em relação a 2010.

O ano de 2011 também foi um marco em termos de consolidação para o setor. Pela primeira vez, assistimos a um forte movimento de fusões e aquisições entre os maiores *players* do varejo farmacêutico, que combinada com o crescimento orgânico que estas empresas seguiram empreendendo, ampliaram a participação de mercado em 6,6 pontos percentuais. Entretanto, o setor segue bastante fragmentado, com as cinco maiores redes atingindo uma fatia de mercado de apenas 29,2% ao fim de 2011.

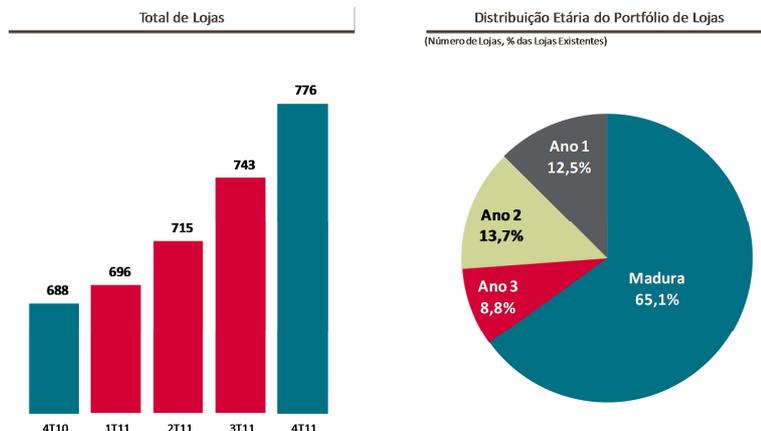


Fonte: IMS Health. As transações verificadas em 2011 e no início de 2012 (compra de Big Ben e Santana pela Brazil Pharma) foram refletidas pro-forma em 2011.

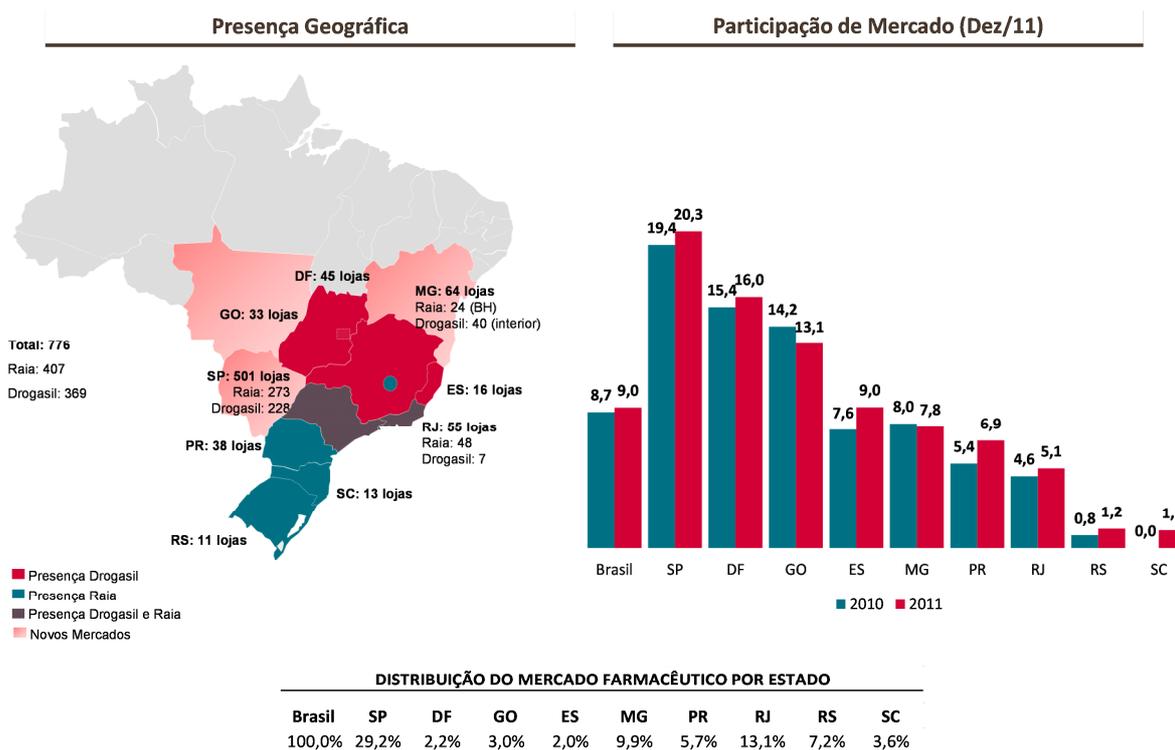
Relatório da Administração

EXPANSÃO DA REDE

Encerramos o exercício de 2011 com 776 lojas em operação através da inauguração de 99 novas lojas (60 Raia e 39 Drogasil) e do fechamento de 11 lojas existentes. Abrimos 40 lojas no 4T11 e encerramos sete lojas no trimestre. Ao final do período, possuíamos 35% de nossas lojas ainda em estágio de maturação, que ainda não atingiram o seu potencial de receita e de rentabilidade.



A ilustração abaixo demonstra o nosso total de lojas e a evolução da nossa participação de mercado em cada um dos estados em que operamos.



No quarto trimestre de 2011, encerramos sete lojas em Brasília, que compunham um grupo de 23 pontos adquiridos no 3º trimestre de 2010. Após um ano em operação, e com total clareza do potencial de cada loja adquirida, encerramos aquelas lojas que tinham resultado negativo ou alto potencial de transferência de receita e de rentabilidade para outra loja remanescente. Desta forma, melhoramos a produtividade e rentabilidade da nossa operação neste mercado.

Atingimos em dezembro de 2011 uma participação de mercado de 9,0% em âmbito nacional, um incremento de participação de 0,3 ponto percentual. Elevamos o nosso *market share* em quase todos os estados onde atuamos.

Relatório da Administração

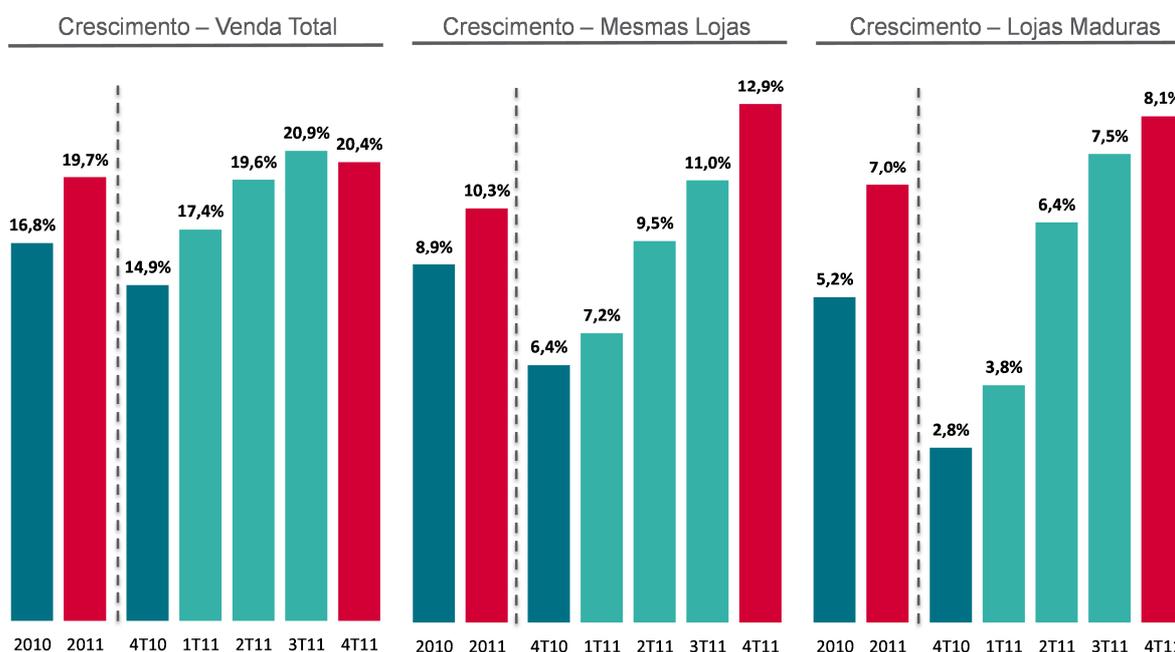
Ressaltamos o expressivo ganho de participação no estado do Paraná, onde a nossa expansão bem sucedida para o interior do estado resultou em uma elevação anual de 1,5 ponto percentual de participação de mercado, bem como um rápido avanço em Santa Catarina, onde encerramos o trimestre com 13 lojas em operação e 1,1% de *market share*.

Obtivemos também importante ganho de participação em São Paulo, nosso principal mercado. A melhora do nível de estoque em nossas lojas pré-existentes e a qualidade da expansão nesta região resultaram em uma elevação de participação de 0,9 ponto percentual em nosso principal mercado.

RECEITA BRUTA DE VENDAS

Encerramos o ano de 2011 com R\$ 4,7 bilhões de receita bruta, o que representou um crescimento de 19,7% em relação a 2010, que correspondeu a 10,3% nas mesmas lojas e a 7,0% nas lojas maduras. Mantivemos uma tendência de recuperação das nossas taxas de crescimento ao longo do ano, e no 4T11 atingimos um crescimento de 20,4% na receita bruta, que correspondeu a 12,9% nas mesmas lojas e a 8,1% nas lojas maduras.

Evolução de Vendas RaiaDrogasil (Combinadas)



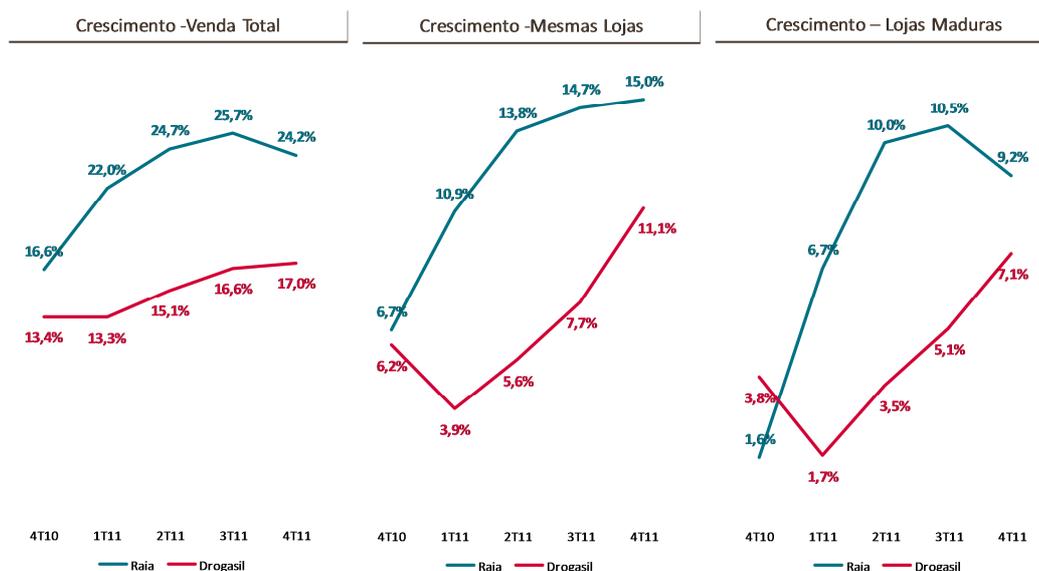
A Droga Raia registrou níveis elevados de crescimento ao longo de todo o ano, ao passo que a Drogasil, que iniciou o ano com baixo crescimento nas vendas mesmas lojas e lojas maduras, acelerou o crescimento ao longo do ano e se aproximou do patamar de crescimento da Raia no último trimestre. Enquanto os recursos levantados no IPO da Raia nos permitiram melhorar a execução em loja e acelerar o crescimento, a Drogasil foi afetada pela canibalização inicial que ocorreu ao dobrarmos nossa presença no DF via aquisição, pela concentração do crescimento em mercados existentes, também com canibalização inicial em algumas cidades e pela melhora da operação da Raia em São Paulo, onde ambas as marcas competem.

Observamos em 2011 na Droga Raia um crescimento de 24,2% na receita total, de 13,7% na venda mesmas lojas e de 9,6% nas lojas maduras, que possuem mais de 3 anos em operação, ao passo que a Drogasil registrou no ano um crescimento de 15,6% na receita total, de 7,2% nas mesmas lojas e de 4,7% nas maduras.

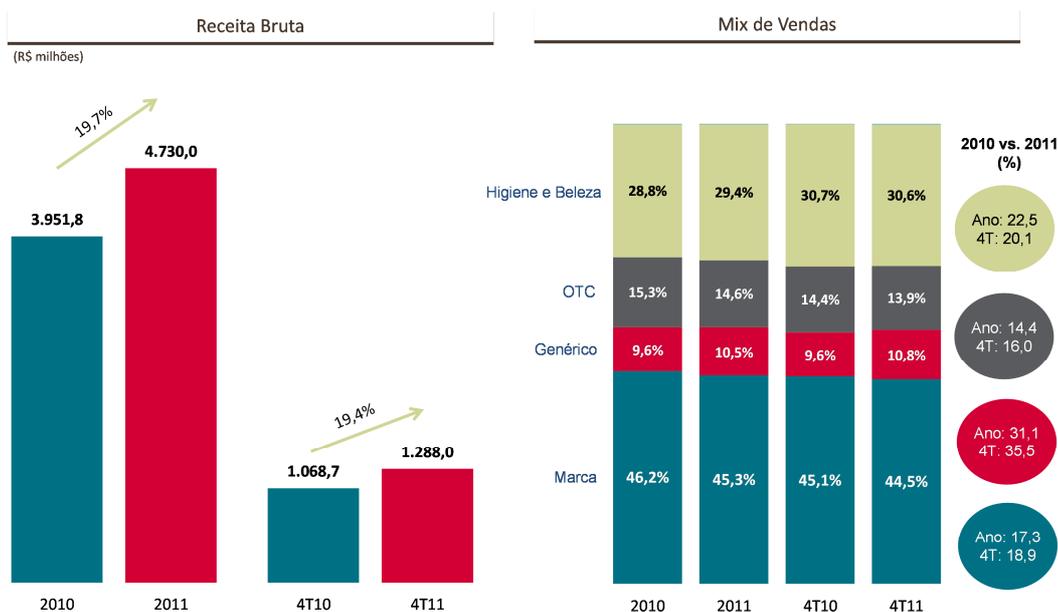
Vale observar que a Drogasil obteve forte aceleração ao longo do ano, tendo atingido no 4T11 um crescimento de 17,0% na venda total, de 11,1% na venda mesmas lojas e de 7,1% nas lojas maduras, contra 24,2% na venda total, de 15,0% na venda mesmas lojas e de 9,2% nas lojas maduras para a Droga Raia, conforme o gráfico abaixo.

Relatório da Administração

Evolução de Vendas de Raia e Drogasil



Vale ressaltar que tivemos no quarto trimestre um clima ameno, com temperaturas abaixo das normalmente registradas nesta época do ano. Além disso, o calendário em dezembro se mostrou desfavorável, já que os feriados de Natal e de Ano Novo aconteceram em finais de semana, o que limitou as viagens de final de ano e o consumo intenso que caracteriza a iminência destes feriados prolongados. Estas variáveis impactaram desfavoravelmente as nossas vendas, especialmente em Perfumaria.



Obtivemos em 2011 um crescimento de 31,1% em Genéricos (35,5% no 4T), que foi a categoria que apresentou o maior crescimento no ano. Sua participação dentro do nosso mix de vendas foi elevada para 10,5% da receita bruta total e no 4T11 atingiu 10,8%, o que representa um incremento de 0,9 ponto percentual em relação ao mesmo período do ano anterior e uma elevação ainda maior (1,2 ponto percentual) em relação ao 4T10.

Este crescimento constitui um importante vetor de expansão da margem bruta, uma vez que os genéricos possuem lucratividade bastante superior à dos medicamentos de marca. Ele vem sendo impulsionado por uma onda de novos lançamentos iniciada no final de 2010 (que se intensificou em 2011) e também em decorrência da melhoria na divulgação dos medicamentos genéricos em nossas lojas.

Tivemos um desempenho de OTC abaixo das demais categorias (queda de 0,7 ponto percentual no mix de vendas do ano) que foi reflexo da transferência destes produtos para trás do balcão em conformidade com a determinação da ANVISA. Esta desaceleração foi compensada com a ampliação do espaço de vendas de produtos de higiene e beleza (aumento de 0,6 ponto percentual) e com o aumento de nossas verbas comerciais para ambos os segmentos.

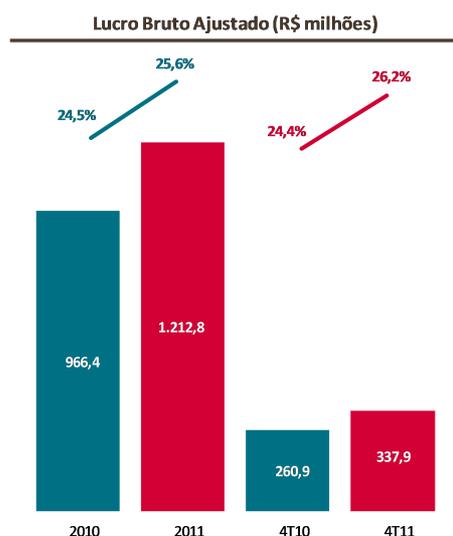
Relatório da Administração

LUCRO BRUTO

Encerramos o ano com um lucro bruto ajustado de 25,6%, um incremento de 1,2 ponto percentual em relação ao ano de 2010 (24,5% no 4T11, um incremento de 1,8 ponto percentual sobre o 4T10), registrando um crescimento de 25,5% no ano (29,5% no trimestre).

O incremento nas receitas comerciais e o aproveitamento de compras de oportunidade de RaiaDrogasil, bem como a melhoria nas condições de compras mediante redução de prazos de pagamentos por parte da Droga Raia junto a fornecedores após o seu IPO, em dezembro de 2010, vêm sendo os principais vetores desta elevação da margem bruta.

Importante notar que em decorrência do alinhamento de práticas contábeis e da amortização dos ajustes de PPA sobre os estoques, acabamos por impactar pontualmente o lucro bruto de 2011 em R\$ 23,3 milhões (0,5 ponto percentual).

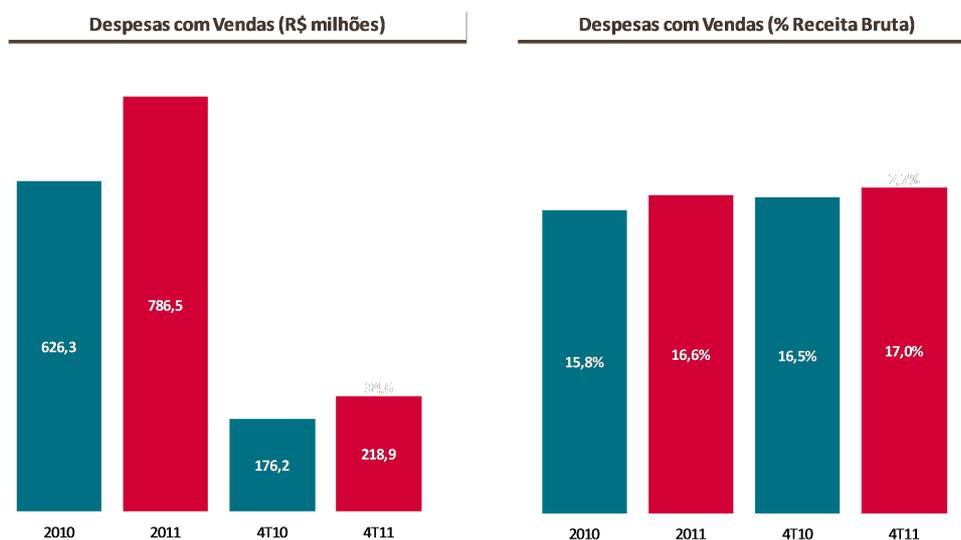


* Lucro Bruto Ajustado exclui R\$ 7,1 milhões relativos a parcela de amortização do PPA sobre estoques em 2011 e R\$ 23,3 milhões relativos a alinhamento de práticas contábeis.

DESPESAS COM VENDAS

As despesas com vendas registradas em 2011 totalizaram R\$ 786,5 milhões, equivalente a 16,6% da receita bruta (17,0% no 4T11). Tivemos uma elevação de 0,8 ponto percentual nas despesas de vendas frente a 2010, que no 4T11 equivaleu a 0,5 ponto percentual em relação ao 4T10.

Nossa receita média por loja no quarto trimestre se elevou em 6,2%, ao passo que as despesas médias por loja aumentaram 9,5% no período, o que acarretou uma piora na absorção de despesas.



Relatório da Administração

A forte elevação nas despesas com vendas se deveu ao elevado número de lojas abertas no 3T11 e no 4T11, à aceleração nos índices de inflação, ao investimento em um novo Centro de Distribuição em Goiás e, especialmente, em decorrência de um forte reforço nos quadros de funcionários nas lojas da Droga Raia.

Fizemos no 3T11 um aumento relevante no número médio de funcionários por loja na Raia, com o objetivo de suprir uma importante lacuna de competitividade frente à Drogasil e aos nossos principais concorrentes. Este novo patamar, em torno de 18 funcionários por loja, que se manteve no 4T11, nos permitirá incrementar o padrão de atendimento e de satisfação dos clientes da Droga Raia de forma significativa, visando elevar o faturamento e a rentabilidade média por loja de forma a se aproximarem do padrão Drogasil, que opera com uma média de 19,6 funcionários por loja e que possui vendas médias por loja madura bastante superiores à média da Droga Raia.

A aceleração nos índices de inflação também pressionou as nossas despesas em 2011. A principal pressão inflacionária decorreu do reajuste dos salários, que todos os anos incide a partir de julho, e que neste ano correspondeu a 8,3%, um patamar superior ao da inflação, que foi de 6,5% no ano.

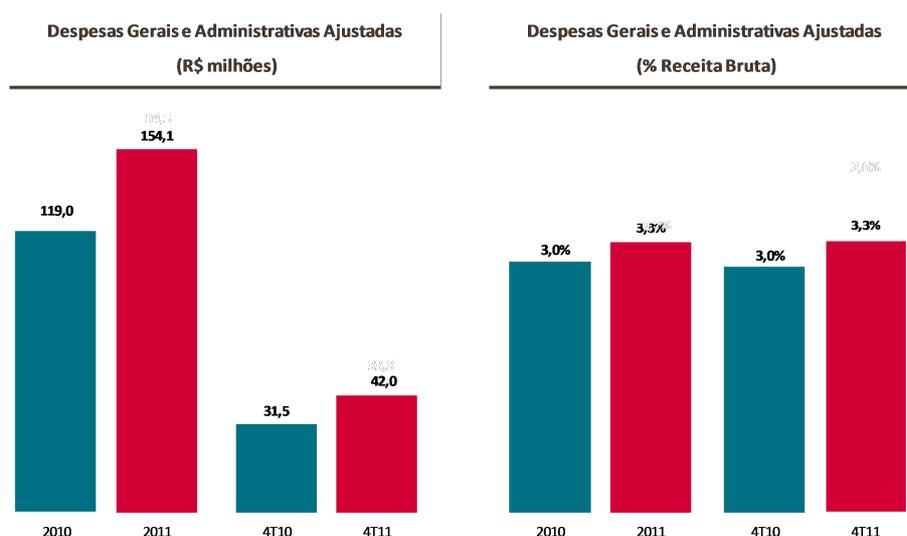
Aceleramos o ritmo de aberturas e inauguramos 40 novas lojas no quarto trimestre. No segundo semestre de 2011 abrimos 71 lojas frente a apenas 28 lojas no primeiro semestre do ano. É importante destacar que, no primeiro mês de existência, nossas lojas apresentam, em média, apenas 50% do faturamento projetado, mas já incorrem em cerca de 90% das despesas esperadas para a maturidade. Portanto, em períodos de aceleração do ritmo de aberturas, acabamos por apresentar uma piora na absorção das despesas com vendas. Além disso, registramos despesas pré-operacionais relativas a estas lojas no valor de R\$ 8,2 milhões, correspondente a 0,2% da receita bruta.

Finalmente, com o objetivo de suportar o nosso crescimento no centro oeste, abrimos, na segunda metade do ano, um CD de 8.000 m² no estado de Goiás, que visa abastecer todas as nossas lojas na região centro-oeste do País. Nos primeiros meses de operação este Centro de Distribuição trabalha com redundância até que a operação na região ganhe escala através de abertura de novas lojas. Este novo CD incrementou as nossas despesas de vendas em R\$ 3,2 milhões, equivalente a 0,1% da receita bruta de vendas de 2011.

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 154,0 milhões no ano de 2011 e representaram 3,3% da receita bruta, uma elevação de 0,3 ponto percentual em relação ao mesmo período a 2010. No 4T11, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 42,0 milhões, em linha com o patamar de 3,3% da receita bruta registrado no ano (elevação de 0,3 ponto percentual em relação ao mesmo período do ano anterior).

Em 2011, fortalecemos a nossa estrutura corporativa, principalmente na área de recursos humanos, com o objetivo de acelerarmos o nosso plano de expansão. Adicionalmente, em decorrência da necessidade de fortalecer o quadro de nossas lojas, recorremos às agências de contratação e desta forma elevamos nossas despesas com comissões, além dos gastos incorridos com o treinamento deste novo efetivo.



* Excluem R\$ 35,3 milhões relativos às despesas da transação e crédito de R\$ 0,8 milhão relativo a alinhamento de práticas contábeis.

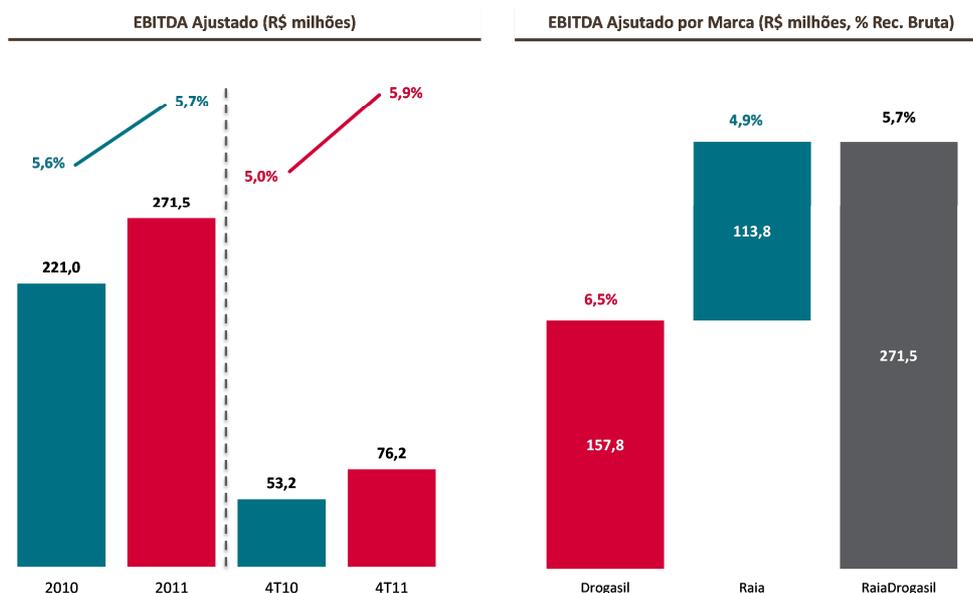
Relatório da Administração

EBITDA

Atingimos no ano de 2011 um EBITDA ajustado de R\$ 271,5 milhões, que correspondeu a um crescimento de 22,8% sobre o ano 2010. Nossa margem EBITDA aumentou em 0,1 ponto percentual sobre o ano anterior, passando a representar 5,7% da receita bruta de vendas. No 4T11 registramos um EBITDA ajustado de 76,2 MM o que representa uma elevação de 43,3% em relação ao mesmo período de 2010, com uma margem de 5,9% e uma expansão de margem de 0,9 ponto percentual.

Apresentamos, tanto no ano como no trimestre, uma elevação importante de margem bruta que nos permitiu fazer frente ao incremento do quadro de funcionários em loja, à aceleração do ritmo de aberturas de lojas, ao reajuste na folha de pagamento e aos ajustes de estrutura e demais pressões inflacionárias verificadas no período.

Vale ressaltar que as lojas abertas ou em processo de abertura em 2011 geraram uma receita bruta de 118,7 milhões (67,3 milhões no 4T11) e uma redução no EBITDA de R\$ 4,8 milhões (R\$ 1,3 milhões no 4T11), ou seja, considerando apenas as 688 lojas com que encerramos 2010, teríamos tido um EBITDA de R\$ 276,3 milhões (R\$ 77,4 milhões no 4T11), equivalente a 6,0% (6,3% no 4T11) da receita bruta de R\$ 4,6 bilhões (R\$ 1,2 bilhão no 4T11).



* Exclui R\$ 57,9 milhões relativos às despesas da transação (R\$ 35,3 MM), alinhamento de práticas contábeis (R\$ 15,5 MM) e amortização de PPA (R\$ 7,1 MM)

Reconciliação do EBITDA	4T10	4T11	2010	2011
<i>(em milhões de reais)</i>				
Lucro Líquido	21,1	10,8	90,8	105,7
Despesas (Receitas) Financeiras Líquidas	4,1	(5,1)	23,2	(25,0)
Imposto de Renda	6,5	(7,4)	33,5	38,6
Depreciações e Amortizações	21,5	27,2	73,6	94,4
EBITDA	53,2	25,4	221,0	213,6
Ajustes		50,7		57,9
EBITDA Ajustado	53,2	76,2	221,0	271,5
% da Receita Bruta	5,0%	5,9%	5,6%	5,7%

DESPESAS FINANCEIRAS, DEPRECIAÇÃO E LUCRO LÍQUIDO

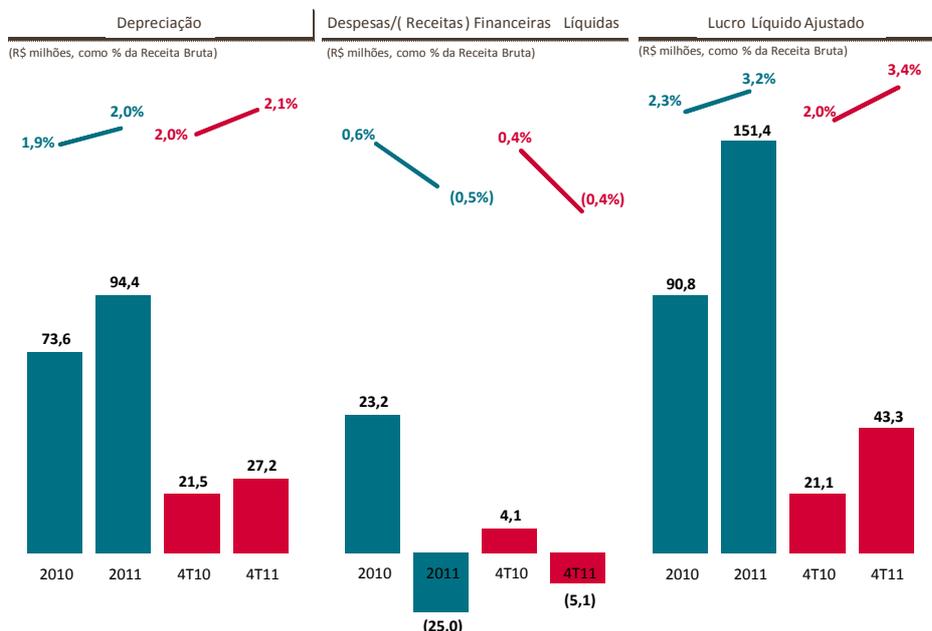
Nossas receitas financeiras líquidas totalizaram R\$ 25,0 milhões, equivalente 0,6% da receita bruta, contra uma despesa financeira líquida de R\$ 23,2 milhões no ano anterior. No 4T11 registramos uma receita financeira de R\$ 5,1 milhões, representando 0,4% da receita bruta. Este resultado decorreu da aplicação dos recursos provenientes do IPO da Droga Raia (em Dezembro de 2010) e da consequente redução do nosso endividamento combinado.

As despesas de depreciação totalizaram R\$ 94,4 milhões, equivalente a 2,0% da receita bruta, um aumento de 0,1 ponto percentual em relação ao ano anterior. No 4T11 as despesas de depreciação ficaram em R\$ 27,2 milhões, representando 2,1% da receita bruta (0,1 ponto percentual acima do mesmo período do ano anterior). Esta aceleração ocorreu em função da manutenção de um ritmo acelerado de expansão.

Relatório da Administração

Em decorrência da evolução dos resultados operacionais e da mudança na nossa estrutura de capital, registramos um lucro líquido ajustado de R\$ 151,4 milhões, um aumento 66,8% em relação a 2010. No 4T11 atingimos um lucro líquido ajustado de R\$ 43,3 milhões, com um crescimento de 105,1% em relação ao mesmo período do ano anterior.

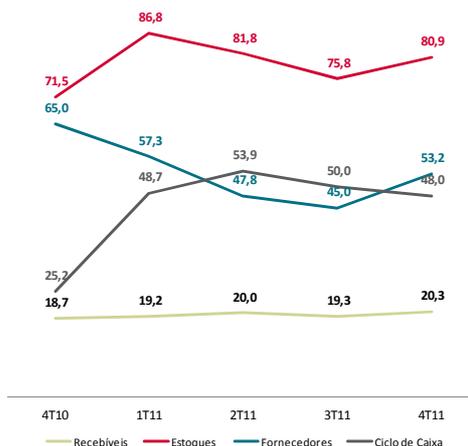
Considerando os ajustes relativos à associação das empresas, harmonização de práticas e alocação de PPA, o lucro líquido de 2011 ficou em R\$ 105,7 milhões uma elevação de 16,4% em relação a 2010 e uma margem líquida de 2,2%.



* Exclui R\$ 45,7 milhões relativos às despesas da transação (R\$ 23,3 MM), alinhamento de práticas (R\$ 15,9 MM) e amortização de PPA (R\$ 6,5 MM)

CICLO DE CAIXA

Investimos 23 dias de caixa em relação ao 4T10 2010, conforme o gráfico abaixo:



A elevação da necessidade de caixa sobre 2010 é consequência da mudança na estratégia de compras da Raia, que se iniciou no primeiro trimestre do ano e que incluiu a redução dos nossos prazos de pagamento e o aumento dos estoques via compras de oportunidade, de forma a incrementar as nossas condições comerciais junto aos fornecedores. Esta mudança na estratégia de compras foi o principal vetor da elevação de margem bruta de 1,5 ponto percentual em relação ao mesmo período de 2010.

Melhoramos o nosso ciclo de caixa em relação ao 3T11 em dois dias, em decorrência da negociação de produtos sazonais de verão e genéricos com prazos estendidos.

Relatório da Administração

FLUXO DE CAIXA

Tivemos no exercício de 2011 um consumo de caixa de R\$ 226,0 milhões. Os recursos gerados por nossas operações totalizaram R\$ 205,5 milhões, correspondente a 4,3% da receita bruta, um incremento de 17,2% em relação ao ano anterior. Vale ressaltar que as despesas da transação aí incluídas, incorridas no 4T11, geraram um consumo de caixa de R\$ 35,3 milhões no período.

Nossas operações consumiram R\$ 280,5 milhões de capital de giro no exercício. Este aumento no consumo de caixa decorreu principalmente da mudança da estratégia de compras da Raia a partir do primeiro trimestre de 2011, que consistiu em se reduzir os prazos médios de pagamento para aumentar a nossa margem bruta, e que resultou em uma elevação total de margem bruta de 1,1 ponto percentual em relação a 2010.

Investimos no exercício R\$ 151,0 milhões, sendo R\$ 93,4 milhões na expansão da nossa rede, R\$ 16,9 milhões na manutenção das nossas lojas e R\$ 40,7 milhões no aprimoramento da nossa estrutura.

Fluxo de Caixa	4T11	4T10	2011	2010
<i>(R\$ milhões)</i>				
LAIR	3,4	27,6	144,2	124,2
(-) Imposto de Renda	(17,2)	(8,9)	(43,4)	(31,8)
(+) Depreciação	27,2	21,5	94,4	73,6
(-) Outros Ajustes	(1,8)	(0,6)	10,3	9,4
Recursos das Operações	11,5	39,6	205,5	175,4
Ciclo de Caixa*	0,7	3,8	(289,1)	(75,3)
Outros	5,5	(5,3)	8,6	27,1
Operações	17,7	38,1	(75,0)	127,3
Investimentos	(53,2)	(53,2)	(151,0)	(184,6)
Fluxo de Caixa Total	(35,5)	(15,1)	(226,0)	(57,4)

* Ciclo de Caixa inclui a variação de contas a receber, estoques e fornecedores

** A demonstração não inclui o fluxo de caixa de financiamento

No ano de 2011 realizamos a apropriação de R\$ 44,2 milhões de juros sobre o capital próprio, e o montante total pago no exercício correspondeu a R\$ 42,5 milhões, uma elevação de 36,1% sobre o montante de R\$ 31,3 milhões pagos no ano de 2010.

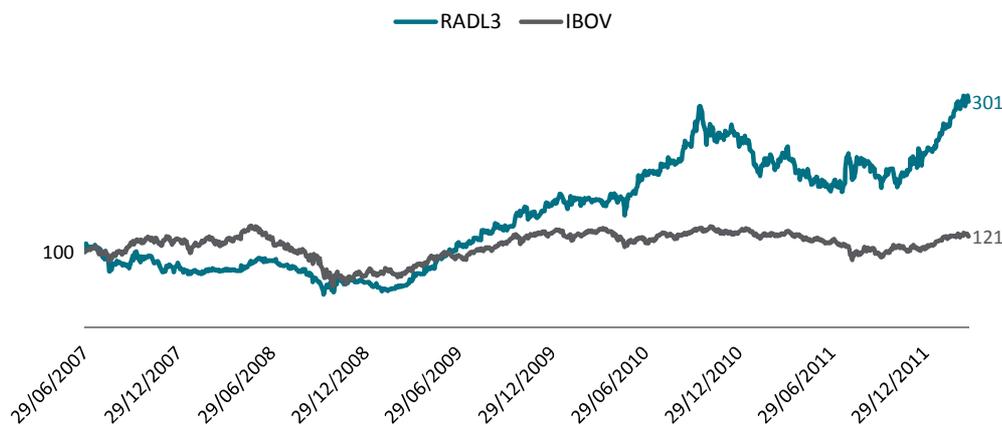
Relatório da Administração

MERCADO DE CAPITAIS

Desde que a associação entre Raia e Drogasil foi divulgada, incrementamos o valor da nossa ação em 59,7%, considerando o preço de R\$ 16,85 em 23 de março de 2011. Nossa valorização superou o IBOVESPA em 9,2 pontos percentuais.

No dia 19 de dezembro, as empresas Raia e Drogasil passaram a ser negociadas em bolsa sob o *ticker* RADL3. Desde esta data temos registrado um volume médio diário de R\$ 14,2 milhões. Como reflexo deste desempenho recente, ingressamos no índice IBR-X 100 no dia 2 de janeiro de 2012. Este índice inclui 100 ações selecionadas entre as mais negociadas na BOVESPA, em termos de número de negócios e volume financeiro.

O gráfico abaixo demonstra um histórico das ações da RaiaDrogasil, desde a Oferta Pública da Drogasil, em junho de 2007. Apresentamos uma valorização acumulada de 200,9% em comparação a 21,0% registrados pelo IBOVESPA, que equivaleu a uma taxa média de retorno anual de 29,1% no período. Este desempenho se deveu ao nosso sólido desempenho operacional e à confiança em nós depositada pelos nossos investidores.



DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS

Atendendo às previsões legais e estatutárias, estamos propondo a seguinte destinação do saldo positivo em lucros acumulados no montante de R\$ 68.968:

- Reserva estatutária.....R\$ 37.668
- Juros s/capital próprio (R\$ 0,132782857 por ação).....R\$ 31.300

A proposta inclui também a imputação dos juros sobre o capital próprio, líquido do IRRF, ao dividendo obrigatório.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003 e ao Ofício Circular SNC/SEP nº 01/2007, a Companhia informa que durante o exercício de 2011, além dos serviços de auditoria externa relacionados às demonstrações financeiras, a Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S prestou serviços permitidos no montante de R\$ 460 mil reais.

Relatório da Administração**Demonstrações Financeiras Combinadas (em milhares de reais)****Balancos Patrimoniais**

Ativo (R\$ mil)	4T10	4T11	2010	2011
Circulante				
Caixa e Equivalentes de Caixa	561.721	339.971	561.721	339.971
Aplicações Financeiras Mantidas até o Vencimento	15.319		15.319	
Clientes	219.391	287.843	219.391	287.843
Estoques	602.869	814.975	602.869	814.975
Tributos a Recuperar	58.135	93.160	58.135	93.160
Outras Contas a Receber	51.129	79.340	51.129	79.340
Despesas do Exercício Seguinte	7.402	10.506	7.402	10.506
	<u>1.515.966</u>	<u>1.625.795</u>	<u>1.515.966</u>	<u>1.625.795</u>
Não Circulante				
Depósitos Judiciais	4.320	7.445	4.320	7.445
Tributos a Recuperar	27.620	35.874	27.620	35.874
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	54.043		54.043	0
Outros Créditos	821	744	821	744
Investimentos				
Imobilizado	315.935	370.605	315.935	370.605
Intangível	96.927	327.873	96.927	327.873
Ágio		799.972		799.972
	<u>499.666</u>	<u>1.542.513</u>	<u>499.666</u>	<u>1.542.513</u>
ATIVO	<u>2.015.632</u>	<u>3.168.308</u>	<u>2.015.632</u>	<u>3.168.308</u>
Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	4T10	4T11	2010	2011
Circulante				
Fornecedores	547.729	536.399	547.729	536.399
Empréstimos e Financiamentos	47.723	50.325	47.723	50.325
Salários e Encargos Sociais	70.082	92.460	70.082	92.460
Impostos, Taxas e Contribuições	22.894	30.035	22.894	30.035
Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio	11.914	3.662	11.914	3.662
Provisão para Demandas Judiciais	1.264	1.637	1.264	1.637
Outras Contas a Pagar	36.464	76.714	36.464	76.714
	<u>738.070</u>	<u>791.232</u>	<u>738.070</u>	<u>791.232</u>
Não Circulante				
Empréstimos e Financiamentos	95.694	111.985	95.694	111.985
Provisão para Demandas Judiciais	5.247	3.272	5.247	3.272
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		51.715		51.715
Outras Obrigações	10.940	8.930	10.940	8.930
	<u>111.881</u>	<u>175.902</u>	<u>111.881</u>	<u>175.902</u>
Patrimônio Líquido				
Capital Social	817.831	908.639	817.831	908.639
Reservas de Capital	138.554	1.039.935	138.554	1.039.935
Reserva de Reavaliação	19.523	13.325	19.523	13.325
Reservas de Lucros	188.837	229.537	188.837	229.537
Ações em Tesouraria	(3.302)		(3.302)	
Dividendo Adicional Proposto	4.238	9.738	4.238	9.738
	<u>1.165.681</u>	<u>2.201.174</u>	<u>1.165.681</u>	<u>2.201.174</u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>2.015.632</u>	<u>3.168.308</u>	<u>2.015.632</u>	<u>3.168.308</u>

Relatório da Administração**Demonstrações Financeiras Combinadas (em milhares de reais)**

Demonstração do Resultado	4T10	4T11	2010	2011
<i>(em milhares de R\$)</i>				
Receita bruta de vendas e serviços	1.068.741	1.287.973	3.951.826	4.730.034
Impostos e devoluções sobre vendas e serviços	(40.992)	(50.263)	(150.852)	(183.223)
Receita líquida de vendas e serviços	1.027.749	1.237.710	3.800.974	4.546.811
Custo das mercadorias vendidas	(766.845)	(916.725)	(2.834.591)	(3.357.286)
Lucro bruto	260.904	320.985	966.383	1.189.525
Despesas				
Com vendas	(176.187)	(218.943)	(626.317)	(786.488)
Gerais e administrativas	(31.548)	(42.025)	(119.025)	(154.084)
Outras despesas operacionais, líquidas		(34.576)		(35.331)
Despesas operacionais	(207.735)	(295.544)	(745.342)	(975.903)
EBITDA	53.169	25.441	221.041	213.622
Depreciação e Amortização	(21.457)	(27.151)	(73.594)	(94.408)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	31.712	(1.710)	147.447	119.214
Despesas financeiras	(11.212)	(4.950)	(38.776)	(21.661)
Receitas financeiras	7.123	10.072	15.569	46.686
Despesas / Receitas Financeiras	(4.089)	5.122	(23.207)	25.025
Lucro antes do IR e da contribuição social	27.623	3.412	124.240	144.239
Imposto de renda e contribuição social	(6.493)	7.412	(33.487)	(38.586)
Lucro líquido do exercício	21.130	10.824	90.753	105.653

Relatório da Administração**Demonstrações Financeiras Combinadas (em milhares de reais)****Demonstrações dos fluxos de caixa**

	<u>4T10</u>	<u>4T11</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	27.623	3.412	124.240	144.239
Ajustes				
Depreciações e amortizações	21.457	27.151	73.594	94.408
Plano de opção de ações	207	(285)	829	532
Resultado na venda ou baixa do ativo imobilizado e intangível	756	811	657	771
Provisão (reversão) para demandas judiciais	416	(1.957)	1.949	(260)
Provisão para perdas no estoque	(3.690)	(2.397)	(1.663)	183
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	53	(961)	1.117	(1.071)
Despesas de juros	1.672	2.967	6.511	10.175
	48.494	28.741	207.234	248.977
Variações nos ativos e passivos				
Aplicações financeiras	364	16.444	(810)	15.319
Contas a receber	(5.515)	(26.810)	(32.364)	(74.195)
Estoques	(110.950)	(77.359)	(141.168)	(203.589)
Outros ativos circulantes	13.110	(3.165)	2.124	(48.156)
Ativos no realizável a longo prazo	(9.473)	(4.313)	1.674	(9.523)
Fornecedores	120.272	104.833	98.253	(11.331)
Salários e encargos sociais	(7.353)	(9.967)	12.045	22.378
Impostos, taxas e contribuições	(2.420)	5.946	(3.604)	5.752
Outras Obrigações	730	12.191	14.926	33.938
Aluguéis a pagar	132	4.847	(45)	4.174
Caixa proveniente das operações	47.391	51.388	158.265	(16.256)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.892)	(17.218)	(31.795)	(43.444)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	38.499	34.170	126.470	(59.700)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de imobilizado e intangível	(53.202)	(53.671)	(185.519)	(152.496)
Recebimentos por vendas de imobilizados	10	489	871	1.509
Aplicações financeiras restritas			2.065	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(53.192)	(53.182)	(182.583)	(150.987)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Financiamentos tomados	6.136	19.193	80.118	66.325
Pagamentos de financiamentos	(130.813)	(13.593)	(151.780)	(42.065)
Juros pagos	(10.088)	(4.087)	(33.578)	(15.596)
Aumento do capital social, líquido dos gastos com emissão de ações	477.818		477.818	21.899
Recebimento de exercício do plano de opção de ação		644	262	909
Recebimento da alienação de ações mantidas em tesouraria	125.510		125.510	
Juros sobre capital próprio e dividendo pagos	(9.666)	(26.968)	(31.251)	(42.535)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	458.897	(24.811)	467.099	(11.063)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	444.204	(43.823)	410.986	(221.750)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	117.517	383.794	150.735	561.721
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	561.721	339.971	561.721	339.971

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Raia Drogasil S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na Bolsa de Valores de São Paulo no segmento do Novo Mercado, sediada na capital de São Paulo. Em 10 de novembro de 2011, ocorreu a incorporação de ações da Raia S.A. pela Drogasil S.A., com a emissão de 142.065.980 (cento e quarenta e dois milhões, sessenta e cinco mil, novecentas e oitenta) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal e escriturais, que foram subscritas pelos administradores da Raia, por conta e ordem de seus acionistas, mediante a versão das ações de emissão da Raia S.A. ao patrimônio da Drogasil S.A.. Na mesma data ocorreu a alteração da razão social de Drogasil S.A. para Raia Drogasil S.A..

A Companhia e sua Controlada Raia S.A. têm como atividade básica o comércio varejista de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos. As vendas são realizadas por meio de 776 lojas (posição em 31 de dezembro de 2011), distribuídas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Paraná, Goiás, Espírito Santo, , Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, conforme segue:

	Controladora	Consolidado
	2011	2011
São Paulo	228	501
Minas Gerais	40	64
Rio de Janeiro	7	55
Distrito Federal	45	45
Paraná		38
Goiás	33	33
Espírito Santo	16	16
Santa Catarina		13
Rio Grande do Sul		11
	369	776

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Em atendimento à Deliberação CVM nº 505/2006, foi concedida pelo Conselho de Administração da Companhia, em 21 de março de 2012, autorização para emissão das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais “R\$”, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A Companhia optou por apresentar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto (lado a lado) por não existir diferenças entre o patrimônio líquido e o resultado constantes nessas demonstrações financeiras consolidadas e individuais preparadas de acordo com o IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Notas Explicativas

As demonstrações financeiras individuais da Companhia apresentam a avaliação dos investimentos em Controlada pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, estas demonstrações financeiras individuais não estão em conformidade com o IFRS, que exige a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como parte dos trabalhos de associação a Administração analisou as principais práticas contábeis aplicadas na Companhia e alterou a classificação das receitas oriundas dos acordos comerciais com fornecedores e outras receitas conforme demonstrado a seguir:

- (i) As receitas oriundas dos acordos comerciais com fornecedores, líquidas dos impostos (PIS e COFINS), anteriormente apresentadas como receitas operacionais e financeiras, passaram a ser apresentadas como redutoras do custo das mercadorias vendidas; e
- (ii) As receitas de prestação de serviços (recarga de celular, venda de fichas para balança, publicidade em ponto de venda e outras), líquidas de impostos (ISS), anteriormente registradas nas rubricas de: outras receitas operacionais e redutoras das despesas de vendas, passaram a ser registradas como receitas líquidas de vendas.

A Administração acredita que estas práticas melhor representam os esforços de negociação com os seus fornecedores, bem como o custo e a margem obtidos com a venda de mercadorias, sejam elas medicamentos ou não.

Com o objetivo de permitir a comparação dos exercícios, os montantes reclassificados no exercício de 2010 são demonstrados a seguir:

(i) Demonstrações do Resultado	2010	Reclassificações	2010 (reapresentado)
Receitas líquidas de vendas	2.005.216	2.612	2.007.828
Custo das mercadorias vendidas	(1.526.818)	34.914	(1.491.904)
Despesas com vendas	(317.663)	5.478	(312.185)
Gerais e administrativas	(59.320)	845	(58.475)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	42.106	(42.106)	
Receitas financeiras	14.115	(1.743)	12.372
(ii) Demonstrações do Valor Adicionado	2010	Reclassificações	2010 (reapresentado)
Vendas brutas de mercadorias, produtos e serviços	2.077.902	2.746	2.080.648
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.408.691)	34.914	(1.373.777)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(33.057)	(32.205)	(65.262)
Receitas financeiras	14.115	(1.743)	12.372
Remuneração direta	143.325	3.578	146.903
Municipais	2.544	134	2.678

A Companhia reclassificou em 2010 o imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$ 3.949 do passivo não circulante para o ativo não circulante.

Notas Explicativas

As demonstrações financeiras incluem estimativas referentes à provisão para perdas nos estoques, provisões para créditos de liquidação duvidosa, valorização de instrumentos financeiros, prazos de depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, provisões necessárias para demandas judiciais, determinação de provisões para tributos e outras similares.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC e pelo IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011.

3. Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As normas contábeis emitidas e revisadas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são demonstradas a seguir:

(a) Modificações à IAS 12 - Impostos Diferidos – Recuperação dos Ativos Subjacentes

Esta emenda esclareceu a determinação de imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo valor justo. Introduz a presunção refutável de que o imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo modelo de valor justo no IAS 40 deveria ser definido com base no fato de que seu valor contábil será recuperado através da venda. Entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2012.

(b) IAS 19 (revisada em 2011) - Benefícios a Empregados

O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais, como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação. Entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.

(c) IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração

Encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”, essa nova norma utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A IFRS 9 exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013, tendo a sua adoção antecipada de forma opcional.

(d) IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas

A IFRS 10 substitui as partes da IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas que tratam das demonstrações financeiras consolidadas. A SIC-12 Consolidação – Sociedades de Propósito Específico foi retirada com a emissão da IFRS 10. De acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle que contém três elementos: (a) poder sobre uma investida; (b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida e (c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. Orientações abrangentes foram incluídas na IFRS 10 para abordar cenários complexos. Entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013, tendo a sua adoção antecipada de forma opcional.

Notas Explicativas

(e) IFRS 11 - Acordos de Participação

A IFRS 11 aborda como um acordo de participação onde duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificada. A SIC-13 Joint Ventures – Contribuições Não-Monetárias de Investidores foi retirada com a emissão da IFRS 11. De acordo com a IFRS 11, os acordos de participação são classificados como operações conjuntas ou joint ventures, conforme os direitos e as obrigações das partes dos acordos. Por outro lado, de acordo com a IAS 31, existem três tipos de acordos de participação: entidades controladas em conjunto, ativos controlados em conjunto e operações controladas em conjunto.

Adicionalmente, de acordo com a IFRS 11, as joint ventures devem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto as entidades controladas em conjunto, de acordo com a IAS 31, podem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de contabilização proporcional. Entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013, tendo a sua adoção antecipada de forma opcional.

(f) IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades

A IFRS 12 é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas. De um modo geral, as exigências de divulgação de acordo com a IFRS 12 são mais abrangentes do que as normas atuais. Entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013, tendo a sua adoção antecipada de forma opcional.

(g) IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo

A IFRS 13 apresenta uma fonte única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações acerca das mensurações do valor justo. A norma define valor justo, apresenta uma estrutura de mensuração do valor justo e exige divulgações das mensurações do valor justo. O escopo da IFRS 13 é abrangente, aplicando-se a itens de instrumentos financeiros e não-financeiros, para os quais outras IFRSs exigem ou permitem mensurações do valor justo e divulgações das mensurações do valor justo, exceto em determinados casos. Por exemplo, divulgações quantitativas e qualitativas, com base na hierarquia de valor justo de três níveis atualmente exigidos para instrumentos financeiros somente de acordo com a IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações, serão complementadas pela IFRS 13 de modo a incluir todos os ativos e passivos em seu escopo. Entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013, tendo a sua adoção antecipada de forma opcional.

A Administração da Companhia avaliou os impactos dessas novas e revisadas IFRSs e prevê que sua adoção não irá provocar um impacto relevante nas informações contábeis da Companhia.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

Notas Explicativas

4. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua Controlada direta Raia S.A. em 31 de dezembro de 2011 e são elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios com suas atividades.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de novembro de 2011, a Companhia emitiu 142.065.980 ações que foram integralizadas com a totalidade das ações da Raia S.A. e como consequência a Raia S.A. passou a ser subsidiária integral da Raia Drogasil S.A..

O resultado da Controlada Raia S.A. passou a ser consolidado desde a data de aquisição, ou seja, 10 de novembro de 2011. Dessa forma, o resultado, as demonstrações do fluxo de caixa e as demonstrações do valor adicionado consolidados, contemplam 12 meses de operação da Controladora mais 02 meses de operação da Controlada.

As práticas contábeis adotadas pela Companhia foram aplicadas de maneira uniforme e consistente com aquelas adotadas pela Controlada. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Controlada e a Companhia são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Combinações de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos assumidos pela Companhia na data de aquisição. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos dos passivos assumidos, mensurados a valor justo). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da Interpretação Técnica ICPC - 09, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido entre os ativos e passivos, identificáveis da adquirida na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Quando a contraprestação é menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida como ganho na demonstração do resultado. A Companhia utiliza os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas, descritos anteriormente, para determinação dos efeitos da combinação de negócio nas demonstrações financeiras individuais.

Notas Explicativas

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

(d) Instrumentos financeiros

(i) Ativos Financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas categorias de mensurados ao valor justo por meio do resultado, ativos mantidos até o vencimento e recebíveis. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial dependendo da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

(1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na rubrica de resultado financeiro no período em que ocorrem.

(2) Ativos mantidos até o vencimento

São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(3) Empréstimos e Recebíveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não-derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São classificados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, que são classificados como ativos não circulantes. Os recebíveis da Companhia compreendem as contas a receber de clientes e as demais contas a receber.

(ii) Passivos Financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus passivos financeiros na categoria de outros passivos financeiros. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial dependendo da finalidade para a qual os passivos financeiros foram adquiridos. Quando reconhecidos,

Notas Explicativas

são inicialmente registrados ao valor justo, acrescidos, no caso de empréstimos e financiamentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do passivo financeiro.

Outros passivos financeiros

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

(iii) Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo mediante técnicas de avaliação, a qual considera como referência o uso de operações recentes contratadas com terceiros. Na data do balanço, a Companhia avalia se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment").

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

(e) Contas a receber

As contas a receber ("Clientes") são avaliadas pelo montante original da venda deduzida das taxas de cartões de créditos, quando aplicável, e da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência provável de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

(f) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidas as despesas de venda e a provisão para perdas com mercadorias.

Os descontos provenientes de acordos comerciais recebidos como redução no preço de compra dos estoques, são levados em consideração na mensuração do custo dos estoques, exceto aqueles que especificamente são recebidos como recuperação de despesas com vendas. Nesse sentido os valores recebidos como parte de acordos que visam reduzir o preço de compra dos estoques são apresentados

Notas Explicativas

como redutores do grupo de estoques e como redutores do custo das mercadorias vendidas quando da realização (venda) dos itens de estoques.

(g) Impostos

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas estabelecidas pela legislação do imposto de renda e da contribuição social que são 25% para imposto de renda e 9% para a contribuição social.

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas tributáveis ou despesas dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, são calculados e reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do tributo e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

Impostos diferidos ativo são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base no histórico de resultados e em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado se não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do imposto diferido ativo venha a ser utilizado.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado ou diretamente no patrimônio líquido.

(h) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia. Os depósitos judiciais são corrigidos monetariamente.

(i) Imobilizado

São apresentados ao custo histórico de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas de valor recuperável, se for o caso. A depreciação é calculada pelo método linear ao longo da vida útil do ativo de acordo com as taxas divulgadas na Nota 11.a). O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Terrenos e edifícios compreendem o escritório central, centro de distribuição e algumas lojas próprias e são demonstrados pelo custo histórico de aquisição acrescido de reavaliação ocorrida em outubro de 1987, com base em laudos de avaliação emitidos por peritos avaliadores independentes. O aumento no valor contábil resultante da reavaliação dos terrenos e edifícios foi contabilizado a crédito de reserva específica no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são inclusos no resultado do exercício em que o ativo for baixado. Quando os ativos reavaliados forem destinados à venda, os valores incluídos na reserva de reavaliação, quando da alienação, serão contabilizados em lucros acumulados.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

(j) Intangíveis

(1) Ágio na aquisição de empresa

O ágio apurado na aquisição do investimento na Drogaria Vison é anterior a 2009 e foi calculado como a diferença entre o valor da compra e o valor contábil do patrimônio líquido da empresa adquirida. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura. Até dezembro de 2008, o ágio era amortizado pelo prazo, extensão e proporção dos resultados projetados, não superior a dez anos. A partir de janeiro de 2009, o ágio não foi mais amortizado e passou a ser testado anualmente em relação ao seu valor de recuperação, no nível da unidade geradora de caixa.

(2) Pontos comerciais

Compreende cessão de pontos comerciais adquiridos na contratação de locação de lojas, que são demonstrados a valor de custo de aquisição e amortizados pelo método linear às taxas anuais mencionadas na Nota 11.b), as quais levam em consideração os prazos dos contratos de locação, todos inferiores a quinze anos.

(3) Licenças de uso ou desenvolvimento de sistemas de informática

Licenças de programas de computador são demonstradas pelo valor de custo de aquisição e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 11.b).

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis e são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 11.b).

Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

O período de amortização e o método de amortização para os ativos intangíveis de vida definida são revistos no mínimo ao final de cada exercício financeiro.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando estas ocorrem, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

(k) Redução do valor recuperável de ativos ("impairment")

O imobilizado e outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Já os ativos intangíveis de vida

Notas Explicativas

útil indeterminada, como ágio, têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou sempre que há indicadores de perda de valor.

Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar o valor recuperável, que é o maior entre o seu valor justo líquido dos custos de venda e o valor em uso de um ativo. Em caso de ocorrência, as perdas de valor recuperável de operações presentes e futuras são reconhecidas na demonstração do resultado nas categorias de despesa consistentes com a função do ativo afetado.

Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC).

(l) Arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para estes arrendamentos são reconhecidos como despesa durante o período do arrendamento, observando-se o regime de competência. A Controladora não possui contratos de arrendamento classificados como financeiros.

Arrendamentos financeiros da Controlada Raia S.A.

Os arrendamentos mercantis de bens do ativo imobilizado nos quais a Controlada detém substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas mencionadas na Nota 11.

(m) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. As provisões para demandas judiciais são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis. As demandas avaliadas como estimativas de perdas possíveis são divulgadas em nota explicativa e aquelas avaliadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.

(n) Benefícios a funcionários

Os valores correspondentes aos benefícios a funcionários decorrentes do programa de participação nos resultados e gratificações são reconhecidos em conta passiva de salários e encargos sociais. Para ambos existe plano formal e os valores a serem pagos podem ser estimados razoavelmente, antes da época da elaboração das informações, e são liquidados no curto prazo. A Companhia não possui planos de benefícios dos tipos: Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) e/ou previdência do tipo benefício definido.

Notas Explicativas

(o) Programa de fidelidade

A Controlada mantém um programa “Muito Mais Raia” de pontos por fidelidade dos clientes que permite a eles acumular créditos os quais podem ser utilizados pelos participantes para utilização em futuras compras de produtos.

As obrigações assumidas decorrentes do programa são registradas como receitas diferidas no passivo, e reconhecidas ao seu valor justo, que representa o preço estimado que a Controlada pagaria a um terceiro para assumir a obrigação dos créditos a serem utilizados em compras futuras.

As receitas diferidas são realizadas no resultado quando os créditos são utilizados pelos clientes. Os créditos não resgatados dentro do período do programa (cinco meses após o mês do acumulo dos créditos) são baixados a resultado pela extinção da obrigação. A Controlada calcula a estimativa de utilização dos créditos com base em dados históricos.

(p) Plano de opção de compra de ações

A Companhia possuía o plano de opção de compra de ação que podia ser outorgado a seus administradores e empregados em nível gerencial. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de novembro de 2011 foi aprovado o cancelamento do plano de opção de compra de ações e a antecipação do exercício das opções outorgadas em 28 de junho de 2007, conforme descrito na nota 17.

O valor justo das opções de compra de ações foi calculado na data da respectiva outorga com base no modelo de avaliação Binomial Americano, conforme descrito na Nota 17.

A despesa foi registrada na rubrica “Remuneração da diretoria e dos conselhos de administração e fiscal”, durante o período de prestação de serviços, que se inicia na data da outorga e finaliza na data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção.

Na mesma Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de novembro de 2011 foi aprovada a proposta do novo plano de opção de compra de ações da Companhia.

(q) Reservas de capital e de lucros

A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76.

A reserva estatutária está prevista no Estatuto Social com limite de 65% do lucro líquido do exercício, com a finalidade e objetivo de reforçar o capital de giro da Companhia.

(r) Dividendo

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da legislação societária.

Os dividendos superiores a esse limite são contabilizados em conta específica no patrimônio líquido denominada “Dividendo adicional proposto”, permanecendo assim até a deliberação na Assembleia Geral dos Acionistas.

Os valores oriundos da realização da reserva de reavaliação são base para determinação do dividendo mínimo obrigatório.

Notas Explicativas

(s) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio, pagos ou provisionados, são contabilizados na rubrica “Despesas financeiras”, conforme determina a legislação fiscal. Para efeito de apresentação das demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são reclassificados da conta “Despesas financeiras” tendo como contrapartida a conta “Lucros acumulados”.

(t) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser medida de forma confiável. A receita é medida com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos incondicionais, abatimentos, impostos ou encargos sobre vendas e prestação de serviços.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem integralmente transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. A receita de prestação de serviços é reconhecida na entrega dos serviços prestados.

(u) Ajuste a valor presente

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado. A Administração efetuou análise dos valores de ativo e passivo, não tendo identificado saldos e transações para os quais o ajuste a valor presente seja aplicável e relevante para efeito das demonstrações financeiras.

(v) Informações por segmento

A Companhia desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da entidade e para a tomada de decisões.

(w) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração faz julgamentos e elabora estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas são revisadas continuamente e os efeitos dessas revisões são reconhecidos no período em que ocorreu a revisão e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais premissas relativas às fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço são apresentadas a seguir:

(1) Impostos

As estimativas de recuperação dos créditos tributários estão suportadas pelas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios ou com base em expectativas da obtenção de condições, como regimes especiais, que permitam a realização dos créditos. Consequentemente essas estimativas estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões.

Notas Explicativas

(2) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercado ativo, será determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esse método se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

(3) Redução ao valor recuperável (“Impairment”)

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável de acordo com as unidades geradoras de caixa. Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa são detalhadas na Nota 11.

(4) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota 13. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

(x) Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n.º 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

(y) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações do fluxo de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n.º 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração do Fluxo de Caixa, emitido pelo CPC.

Notas Explicativas

5. Combinações de negócios

Em 10 de novembro de 2011, ocorreu a incorporação de ações da Raia S.A. pela Drogasil S.A., com a emissão de 142.065.980 (cento e quarenta e dois milhões, sessenta e cinco mil, novecentas e oitenta) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal e escriturais, que foram subscritas pelos administradores da Raia, por conta e ordem de seus acionistas, mediante a versão das ações de emissão da Raia S.A. ao patrimônio da Drogasil S.A.. Na mesma data ocorreu a alteração da razão social de Drogasil S.A. para Raia Drogasil S.A..

A combinação de negócios ocorreu por meio de troca de ações entre os acionistas da Companhia e da Raia S.A.. A relação de substituição aplicável aos acionistas da Raia na incorporação de suas ações foi de 2,29083790 ações ordinárias de emissão da Companhia para cada ação ordinária de emissão da Raia, sendo que a composição do capital da Companhia é detida pelos seus antigos acionistas na proporção de 57% e pelos antigos acionistas da Raia S.A. na proporção de 43%. Por ocasião da incorporação de ações, a Companhia passou a deter 100% de participação em sua Controlada Raia S.A..

A norma contábil CPC 15 (IFRS3-R1), que trata da combinação de negócios, requer a identificação do adquirente contábil em uma combinação de negócios. Para fins dessa determinação levou-se em consideração a entidade que emitiu instrumentos de participação societária (ações), a composição do capital votante e o tamanho relativo das duas empresas mensurado por meio de seus ativos, receitas e lucros. Neste contexto, os acionistas da Companhia passaram a ter o controle sobre a Raia S.A. Em 10 de novembro de 2011 ocorreu a formalização dos acordos, sendo essa data considerada como “data de aquisição” para fins do reconhecimento contábil da transação.

Considerando que a transação foi realizada através de troca de ações entre os acionistas das Companhias, o valor da contraprestação paga foi determinado com base no número total de ações emitidas pela Companhia e entregues aos acionistas da Raia S.A., pelo valor de cotação no mercado dessas ações em 10 de novembro de 2011, conforme demonstrado a seguir:

- (i) Quantidade de ações entregue aos acionistas de Raia S.A.: 142.065.980 ações ordinárias;
- (ii) Valor da ação: R\$11,01/ação (cotação de 10 de novembro de 2011);
- (iii) Consideração total: R\$ 1.564.146;

Notas Explicativas

Como não foram identificadas variações relevantes nos principais saldos contábeis da Raia, no período entre 31 de outubro de 2011 e 10 de novembro de 2011, a Administração adotou o balanço de 31 de outubro de 2011 como balanço de abertura para fins da alocação dos efeitos da aquisição. Os detalhes dos valores em livros e valores justos dos ativos líquidos adquiridos e o ágio estão demonstrados a seguir:

	31/10/2011 (Valor Justo)
Saldos	
Ativos circulantes	
Caixa e equivalentes de caixa	226.409
Contas a receber de clientes	132.792
Impostos a recuperar	30.831
Estoques	394.954
Outros	71.979
	<u>856.965</u>
Ativos não circulantes	
Depósitos para recursos	4.163
Imposto de renda e contribuição social diferidos	37.644
Outros	1.612
	<u>43.419</u>
Imobilizado	187.122
Intangível	284.259
	<u>471.381</u>
	<u>1.371.765</u>
Passivos circulantes	
Fornecedores	(273.683)
Empréstimos e financiamentos	(25.613)
Obrigações sociais e trabalhistas	(64.535)
Obrigações fiscais	(14.829)
Outros	(58.891)
	<u>(437.551)</u>
Passivos não circulantes	
Empréstimos e financiamentos	(51.749)
Obrigações fiscais	(3.873)
Provisão para contingências	(4.107)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(87.856)
Outros	(2.567)
	<u>(150.152)</u>
	<u>(587.703)</u>
Total dos ativos (passivos) líquidos	<u>784.062</u>
Contraprestação transferida	<u>1.564.146</u>
Ágio gerado na aquisição	<u>780.084</u>

O ágio no montante de R\$ 780.084 decorrente da aquisição representa o benefício econômico futuro esperado pela combinação dos negócios, e o valor do ágio que se espera ser dedutível para fins fiscais é de R\$ 692.228, a diferença refere-se ao imposto de renda diferido passivo no montante de R\$ 87.856.

Os custos referentes à aquisição, no valor de R\$ 18.075 para a Controlada e R\$ 30.018 para o consolidado, foram reconhecidos como despesa do exercício, na rubrica outras despesas operacionais da demonstração do resultado.

Notas Explicativas

Informações Pro Forma (Não Auditadas)

Caso essa combinação de negócios tivesse sido efetivada em 1º de janeiro de 2011, as receitas líquidas consolidadas do Grupo das operações continuadas seriam de R\$ 4.546.811 e o resultado do exercício das operações continuadas seria de R\$ 105.653.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>
Caixa e bancos	15.750	12.115	31.050
Certificado de depósitos bancários	102.997	144.771	282.805
Depósito a prazo com garantia especial do FGC (Fundo Garantidor de Créditos)	26.116	23.960	26.116
	<u>144.863</u>	<u>180.846</u>	<u>339.971</u>

As aplicações em CDB - Certificado de Depósito Bancário e DPGE - Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC - Fundo Garantidor de Créditos estão classificadas como "instrumentos financeiros mantidos para negociação" e são atualizadas por percentuais da variação do CDI, que reflete o valor de realização.

7. Clientes

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber, por idade de vencimento:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>
A vencer	141.903	112.725	279.588
Vencidas			
Entre 1 e 30 dias	4.927	1.486	7.811
Entre 31 e 60 dias	128	83	614
Entre 61 e 90 dias	74	49	74
Entre 91 e 180 dias	201	187	201
Entre 181 e 360 dias	4	30	4
A mais de 360 dias	201	228	515
Provisão para créditos liquidação duvidosa	<u>(650)</u>	<u>(494)</u>	<u>(964)</u>
	<u>146.788</u>	<u>114.294</u>	<u>287.843</u>

O prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes é de aproximadamente 40 dias, prazo esse considerado como parte das condições normais e inerentes das operações da Companhia; por esse motivo, não foram identificados saldos e transações para os quais o efeito do ajuste a valor presente fosse relevante.

Notas Explicativas

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2011	2010	2011
Saldo inicial	(494)	(544)	(494)
Adições	(650)	(531)	(650)
Adições por meio de combinações de negócios			(314)
Reversões	494	581	494
Saldo final	<u>(650)</u>	<u>(494)</u>	<u>(964)</u>

As contas a receber são classificadas na categoria de ativos financeiros "Recebíveis" e, portanto mensuradas de acordo com o descrito na Nota 4 d).(i) (3).

8. Estoques

	Controladora		Consolidado
	2011	2010	2011
Mercadorias de revenda	388.974	294.681	810.575
Materiais	2.245	2.474	9.403
Provisão para perdas com mercadorias	<u>(2.456)</u>	<u>(1.197)</u>	<u>(5.003)</u>
Total dos estoques	<u>388.763</u>	<u>295.958</u>	<u>814.975</u>

Os estoques da Companhia estão apresentados pelo valor de custo.

A movimentação da provisão para perdas com mercadorias está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2011	2010	2011
Saldo inicial	(1.197)	(1.190)	(1.197)
Adições	(1.928)	(1.225)	(1.928)
Adições por meio de combinação de negócios			(3.306)
Reversões	669	1.218	1.428
Saldo final	<u>(2.456)</u>	<u>(1.197)</u>	<u>(5.003)</u>

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o custo das mercadorias vendidas reconhecidas no resultado em relação às operações continuadas foi de R\$ 1.687.975 (R\$ 1.479.409 em 2010) para a Controladora e de R\$ 1.998.550 para o consolidado.

O valor das baixas de estoques reconhecidas como perdas totalizou R\$ 13.680 (R\$ 12.495 em 2010) para a Controladora e R\$ 12.921 para o consolidado, reconhecido em custo de vendas.

O efeito da constituição, reversão ou baixa da provisão para perdas com estoques é registrado na demonstração do resultado, sob a rubrica de "custo das mercadorias vendidas".

Notas Explicativas

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado
	2011	2010	2011
Circulante			
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias - saldo credor	55.761	36.435	65.929
ICMS - Ressarcimento de ICMS retido antecipadamente (Portaria CAT 17/99)	1.671	1.173	6.790
ICMS - Sobre aquisições do ativo imobilizado	2.102	1.800	2.102
ICMS - Outros	171	147	171
PIS - Programa de integração social			1.635
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social			3.137
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	1.806	30	4.017
IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica		3	6.252
CSLL - Contribuição social sobre lucro líquido			2.287
INSS - Instituto nacional da seguridade social	68	68	776
Outros			64
	<u>61.579</u>	<u>39.656</u>	<u>93.160</u>
Não circulante			
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias - saldo credor	30.178	23.982	30.178
ICMS - Sobre aquisições do ativo imobilizado	2.998	2.418	5.076
FINSOCIAL - Fundo de investimento social - 1982 - precatório	561	745	561
Outros	59	59	59
	<u>33.796</u>	<u>27.204</u>	<u>35.874</u>
Total	<u>95.375</u>	<u>66.860</u>	<u>129.034</u>

Os créditos acumulados de ICMS (art. 71 a 84 do RICMS-SP), que representam a quase totalidade dos saldos credores de ICMS, são oriundos de aplicação de alíquotas diversificadas em operações de entrada (compras no Estado de São Paulo) e de saída de mercadoria (transferências para outras unidades da Federação), de acordo com o inciso I, do artigo 71, do RICMS-SP. A Companhia, entre 1º de fevereiro de 2008 e 31 de dezembro de 2011, acumulou créditos no total de R\$ 85.939 (Circulante - R\$ 55.761 e Não circulante - R\$ 30.178) e em 31 de dezembro de 2010 – R\$ 60.417 (Circulante – R\$ 36.435 e Não circulante – R\$ 23.982), no consolidado totalizam R\$ 96.107 (Circulante - R\$ 65.929 e Não circulante - R\$ 30.178).

A partir de 1º de abril de 2010, o RICMS-SP passou a permitir, por intermédio de regime especial, a apropriação do crédito acumulado mediante verificação fiscal sumária e oferecimento de garantia (art. 72-D) e, também, a transferência para fornecedores a título de pagamento de compra de mercadorias, fatos que tornaram a realização mais célere. Em 16 de março de 2010, a Companhia protocolou pedido de regime especial para atender as disposições do artigo 72-D e em 07 de julho de 2010 protocolou outro pedido para tratar do aproveitamento dos créditos dos períodos anteriores.

Enquanto aguarda a concessão do Regime Especial pleiteado em 16 de março de 2010, a Companhia protocolizou pedido de apropriação de créditos acumulados no período de fevereiro de 2008 à março de 2010, correspondente a R\$ 39.000, conforme sistemática prevista na Portaria CAT 53/1996 (DCA). Em decorrência deste pedido, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo iniciou, em 07 de junho de 2011, auditoria fiscal para apuração e liberação dos créditos acumulados com base no dispositivo legal acima citado. Tendo em vista a evolução dos trabalhos, a expectativa é de que os créditos sejam homologados em breve, sendo certo que os mesmos poderão ser aproveitados imediatamente após homologados.

Notas Explicativas

A Companhia manteve ainda a entrega eletrônica dos arquivos de geração de crédito acumulado do período de abril de 2010 à dezembro de 2011, segundo a sistemática prevista na Portaria CAT 26/2010 (e-CredAc), que soma o valor total de R\$ 46.939.

Nesse sentido, a Companhia protocolizou novo pedido de apropriação precária de créditos acumulados no período correspondente a abril de 2010 à junho de 2011, informados no sistema e-CredAc. Referido pedido, lastreado no disposto na Portaria CAT 118/2010, prevê a liberação de 90% do crédito acumulado no período. Referido pedido permanece em análise junto a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Ademais, conforme relatado na Nota 29 - Eventos Subsequentes, tendo em vista a publicação do Decreto 57.608 de 12 de dezembro de 2011, que disciplina a concessão de regime especial para atribuição da condição de substituto tributário às empresas varejistas que realizem operações com mercadorias por meio de centros de distribuição localizados neste Estado, para fins de retenção e recolhimento do ICMS incidente sobre as saídas subsequentes, extingue-se a geração de novos créditos, sendo certo que os valores já acumulados passarão a ser consumidos mensalmente na escrita fiscal (sistema de débito e crédito) em decorrência da geração de débitos de ICMS na condição de contribuinte substituto tributário.

Em complemento às ações acima, a Controladora inaugurou em agosto sua nova Central de Distribuição, localizada no município de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás, passando a concentrar o abastecimento de suas lojas localizadas no Estado de Goiás e Distrito Federal neste estabelecimento. Esta medida já reduziu a geração de créditos acumulados em aproximadamente 50% em comparação ao mesmo período de 2010.

Esta medida, iniciada no ano de 2010 com a abertura da Central de Distribuição de Contagem, Estado de Minas Gerais, e a aquisição direta de mercadorias de distribuidores locais, proporcionam a eliminação da geração de créditos acumulados em razão da aquisição dos produtos acontecerem diretamente para a nova Central, sem a passagem pela Central de Distribuição localizada no Estado de São Paulo, eliminando desta forma a operação com potencial de geração de créditos acumulados.

Na Controladora a Administração efetuou análise da utilização dos créditos de ICMS considerando a autorização para apropriação dos mesmos após auditoria fiscal iniciada em junho de 2011, assim como pela previsão de concessão do regime especial que atribuirá a condição de substituto tributário à Central de Distribuição localizada no Estado de São Paulo, somado à abertura de sua Central de Distribuição no Estado de Goiás ocorrida em agosto de 2011, razão pela qual manteve parcela de seus créditos de ICMS no ativo circulante.

Notas Explicativas**10. Investimentos**

Em 31 de dezembro de 2011 o saldo de investimentos da Companhia está demonstrado a seguir:

Razão Social	Principal atividade	Participação (%)	31/12/2011
Raia S.A.	Varejo de medicamento, perfumaria e afins	100%	1.554.303

A movimentação do saldo de investimento na Controlada, apresentado nas demonstrações financeiras individuais, está demonstrada a seguir:

	Controladora
	31/12/2011
Saldo em 1º de janeiro de 2011	
Aquisição de Participação em 10 de novembro de 2011 (Nota 5)	1.564.146
Resultado de equivalência patrimonial	<u>(9.843)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u><u>1.554.303</u></u>

Para efeito de cálculo da equivalência patrimonial da Raia S.A., a Companhia ajusta os ativos, passivos e respectivas movimentações no resultado da Raia S.A. com base na alocação do preço de compra determinado na data da aquisição, conforme descrito na Nota 5. O quadro abaixo demonstra os efeitos no lucro líquido do exercício da Raia S.A. para fins de determinação da equivalência patrimonial em 2011:

	Controladora
	31/12/2011
Prejuízo da Raia S.A. (para o período de dois meses findo em 31/12/2011)	(3.387)
Amortizações das mais valias decorrentes da combinação de negócios	<u>(6.456)</u>
Prejuízo ajustado da Raia S.A.	<u><u>(9.843)</u></u>

	Controladora	
	31/12/2011	31/10/2011
Patrimônio líquido ajustado		
Investimento a valor de livros (100%)	610.131	613.518
Alocação do preço de compra (mais valia de ativos)	248.618	258.400
Imposto de renda diferido passivo sobre ajustes de alocação	<u>(84.530)</u>	<u>(87.856)</u>
	774.219	784.062
Ágio fundamentado na expectativa de rentabilidade futura	<u>780.084</u>	<u>780.084</u>
	<u><u>1.554.303</u></u>	<u><u>1.564.146</u></u>

Notas Explicativas

11. Imobilizado e intangível

a) Imobilizado

A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo imobilizado da Controladora:

	Terrenos	Edificações	Móveis, utensílios e instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Benefícios em imóveis de terceiros	Reformas e modernizações de lojas	Total
Custo								
Saldo em 01 de janeiro de 2010	22.551	28.552	37.217	22.534	6.943	53.963	6.319	178.079
Adições	2.086	615	16.956	6.628	3.248	29.894	4.223	63.650
Alienações			(2.290)	(864)	(1.450)	(5.271)	(140)	(10.015)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	24.637	29.167	51.883	28.298	8.741	78.586	10.402	231.714
Adições		3.495	14.297	5.593	2.662	27.699	644	54.390
Alienações			(1.270)	(570)	(807)	(5.518)	(872)	(9.037)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	24.637	32.662	64.910	33.321	10.596	100.767	10.174	277.067
Depreciação acumulada								
Taxas anuais médias de depreciação		2,7	10	16,4	24,4	20,6	20	
Saldo em 01 de janeiro de 2010		(12.796)	(13.654)	(11.825)	(2.671)	(19.327)	(1.893)	(62.166)
Adições		(742)	(3.874)	(3.335)	(1.819)	(12.902)	(1.709)	(24.381)
Alienações			2.142	771	1.058	5.023	120	9.114
Saldo em 31 de dezembro de 2010		(13.538)	(15.386)	(14.389)	(3.432)	(27.206)	(3.482)	(77.433)
Adições		(836)	(5.329)	(4.012)	(2.296)	(17.873)	(2.042)	(32.388)
Alienações			909	544	737	4.818	872	7.880
Saldo em 31 de dezembro de 2011		(14.374)	(19.806)	(17.857)	(4.991)	(40.261)	(4.652)	(101.941)
Saldo líquido								
Em 31 de dezembro de 2010	24.637	15.629	36.497	13.909	5.309	51.380	6.920	154.281
Em 31 de dezembro de 2011	24.637	18.288	45.104	15.464	5.605	60.506	5.522	175.126

Notas Explicativas

A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo imobilizado consolidado:

	Terrenos	Edificações	Móveis e utensílios e instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Reformas e modernizações de lojas	Total
Custo								
Saldo em 01 de janeiro de 2011	24.637	29.167	51.883	28.298	8.741	78.586	10.402	231.714
Adições por meio de combinações de negócios	3.088	729	108.119	39.849	9.275	191.922		352.982
Adições		3.495	19.335	9.798	3.090	39.572	644	75.934
Alienações			(1.270)	(570)	(1.456)	(5.518)	(872)	(9.686)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	27.725	33.391	178.067	77.375	19.650	304.562	10.174	650.944
Depreciação acumulada								
Taxas anuais médias de depreciação (%)		2,7	7,4 - 10	7,1 - 16,4	20 - 24,4	17 - 20,6	20	
Saldo em 01 de janeiro de 2011		(13.538)	(15.386)	(14.389)	(3.432)	(27.206)	(3.482)	(77.433)
Adições por meio de combinações de negócios		(165)	(46.923)	(24.498)	(4.313)	(96.239)		(172.138)
Adições		(840)	(6.889)	(4.687)	(2.555)	(22.216)	(2.042)	(39.229)
Alienações			909	544	1.318	4.818	872	8.461
Saldo em 31 de dezembro de 2011		(14.543)	(68.289)	(43.030)	(8.982)	(140.843)	(4.652)	(280.339)
Saldo líquido								
Em 01 de janeiro de 2011	24.637	15.629	36.497	13.909	5.309	51.380	6.920	154.281
Em 31 de dezembro de 2011	27.725	18.848	109.778	34.345	10.668	163.719	5.522	370.605

Notas Explicativas

Outras informações da Controlada

Determinados ativos operacionais da Controlada são arrendados por meio de contratos irrevogáveis, sujeitos a juros de, em média, 1,74% ao mês. Esses contratos têm prazo de duração entre dois e quatro anos e possuem cláusula de opção de compra, a qual já foi exercida pela Controlada. Dessa forma, esses contratos de arrendamento foram registrados nas demonstrações financeiras como compra financiada de bens, cujos saldos totalizam R\$ 3.419 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 5.463 em 2010) e referem-se basicamente a equipamentos, benfeitorias, veículos e móveis e utensílios.

Os pagamentos futuros mínimos desses arrendamentos financeiros são os seguintes:

	Consolidado
	2011
Primeiros 12 meses	301
Entre 13 e 60 meses	45
Efeito de desconto	(67)
	279

b) Intangível

A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo intangível da Controladora:

	Ponto comercial	Licença de uso de software	Ágio na Aquisição de empresa	Total
Custo				
Saldo em 01 de janeiro de 2010	30.847	6.109	22.275	59.231
Adições	36.976	950		37.926
Alienações	(10.265)			(10.265)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	57.558	7.059	22.275	86.892
Adições	3.592	282		3.874
Alienações	(1.860)			(1.860)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	59.290	7.341	22.275	88.906
Amortização acumulada				
Taxas anuais médias de amortização (%)	21	20	Vida útil indefinida	
Saldo em 01 de janeiro de 2010	(12.372)	(5.441)	(2.387)	(20.200)
Adições	(6.651)	(260)		(6.911)
Alienações	6.415			6.415
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(12.608)	(5.701)	(2.387)	(20.696)
Adições	(11.796)	(415)		(12.211)
Alienações	1.559			1.559
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(22.845)	(6.116)	(2.387)	(31.348)
Saldo líquido				
Em 31 de dezembro de 2010	44.950	1.358	19.888	66.196
Em 31 de dezembro de 2011	36.445	1.225	19.888	57.558

Notas Explicativas

A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo intangível do consolidado:

	Ponto comercial	Licença de uso de software e Implantação de sistemas	Ágio na aquisição de empresa (Vison)	Ágio na aquisição de empresa (Raia S.A.)	Marcas	Carteira de clientes	Outros Intangíveis	Total
Custo								
Saldo em 01 de janeiro de 2011	57.558	7.059	22.275					86.892
Adições por meio de combinação de negócios	88.603	36.725		780.084	151.700	41.700	1.811	1.100.623
Adições	6.086	1.244					441	7.771
Alienações	(1.860)							(1.860)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	150.387	45.028	22.275	780.084	151.700	41.700	2.252	1.193.426
Amortização acumulada								
Taxas anuais médias de amortização (%)	12,3 - 21	20	Vida útil indefinida	Vida útil indefinida	Vida útil indefinida	6,7 - 25	20	
Saldo em 01 de janeiro de 2011	(12.608)	(5.701)	(2.387)					(20.696)
Adições por meio de combinação de negócios	(15.783)	(13.735)					(483)	(30.001)
Adições	(13.550)	(1.348)				(1.527)	(18)	(16.443)
Alienações	1.559							1.559
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(40.382)	(20.784)	(2.387)			(1.527)	(501)	(65.581)
Saldo líquido	44.950	1.358	19.888					66.196
Em 31 de dezembro de 2010	110.005	24.244	19.888	780.084	151.700	40.173	1.751	1.127.845
Em 31 de dezembro de 2011								

Notas Explicativas

c) **Ágio na aquisição da Drogaria Vison Ltda**

O ágio no montante de R\$ 19.888 é referente a aquisição da empresa Drogaria Vison Ltda em 13 de fevereiro de 2008 e incorporada às operações da Companhia a partir de 30 de junho de 2008.

O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e com retorno estimado em sete anos, conforme avaliação elaborada por perito independente e foi amortizado no período de abril a dezembro de 2008. Conforme previsto no OCPC 02, a partir de 2009, o ágio passou a não ser mais amortizado e, desde então, está sendo testado anualmente para fins de avaliação de recuperação do ativo ("impairment").

d) **Ágio na aquisição da Raia S.A.**

A Companhia apurou ágio no montante de R\$ 780.084 na combinação de negócios com a Raia S.A. o qual está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, decorrente da diferença entre os valores dos ativos cedidos e recebidos, com retorno esperado de cinco anos. Conforme previsto no OCPC 02, a partir de 2009, o ágio não será amortizado contabilmente e, desde então, está sendo testado anualmente para fins de avaliação de recuperação do ativo ("impairment").

e) **Teste de perda por desvalorização do ágio e intangíveis com vida útil indefinida ("impairment")**

(i) **Drogaria Vison Ltda**

A Companhia avaliou com base em 31 de dezembro de 2011 a recuperação do valor contábil do ágio adquirido por meio de combinações de negócios com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado alocado às respectivas unidades geradoras de caixa que deram origem ao ágio.

O valor recuperável das vendas efetuadas pelas unidades geradoras de caixa cuja aquisição originou o ágio foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Administração ao longo de um período de sete anos. O fluxo de caixa projetado foi atualizado para refletir as variações na demanda de produtos e serviços. A taxa de desconto, após os impostos, aplicada às projeções de fluxo de caixa é de 11,23% (9,90% em 2010).

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas nos ativos intangíveis ("impairment").

Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso

O cálculo do valor em uso para as referidas unidades geradoras de caixa é mais sensível às seguintes premissas:

Notas Explicativas

Receita de vendas e despesas

Reajuste de preços de medicamentos e inflação das demais mercadorias comercializadas;

Despesas com vendas são reajustadas de acordo com a previsão da inflação geral ou dos índices constantes dos contratos.

Margens brutas

As margens brutas são baseadas nos valores do mês mais recente, de forma a evitar variações sazonais ou de condições do mercado. Essas margens são aumentadas nos períodos em que os reajustes dos preços dos medicamentos as afetam em razão dos estoques pré-existentes.

Taxas de descontos

A taxa de desconto reflete a atual avaliação de mercado referente aos riscos relacionados à gestão dos recursos gerados pelas respectivas unidades geradoras de caixa.

Reajuste de preços de medicamentos

As estimativas são obtidas com base nos reajustes históricos e nas expectativas do mercado farmacêutico.

Estimativas de taxas de crescimento

São determinadas com base nos índices de mercado, no histórico de desempenho das unidades geradoras de caixa e nas expectativas futuras de performance avaliadas pela Administração da Companhia.

(ii) Raia S.A.

A Companhia avaliou com base em 31 de dezembro de 2011 a recuperação do valor contábil do ágio adquirido por meio da combinação de negócios com Raia S.A., com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado alocado às respectivas unidades geradoras de caixa que deram origem ao ágio.

O valor recuperável das unidades geradoras de caixa cuja aquisição originou o ágio foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de fluxos de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Administração ao longo de um período de cinco anos. O fluxo de caixa projetado foi atualizado para refletir as variações na demanda de produtos e serviços. A taxa de desconto, após os impostos, aplicada às projeções de fluxo de caixa é de 13,71% (nominal em reais).

O teste de recuperação do ágio originado na aquisição da Raia S.A. não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas nos ativos intangíveis ("impairment").

Notas Explicativas

Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso

O cálculo do valor em uso para as referidas unidades geradoras de caixa é mais sensível às seguintes premissas:

Receita de vendas e despesas

Reajuste de preços de medicamentos e inflação das demais mercadorias comercializadas;

Despesas com vendas são reajustadas de acordo com a previsão da inflação geral ou dos índices constantes dos contratos.

Margens brutas

As margens brutas são baseadas nos valores do mês mais recente, de forma a evitar variações sazonais ou de condições do mercado. Essas margens são aumentadas nos períodos em que os reajustes dos preços dos medicamentos as afetam em razão dos estoques pré-existentes.

Taxas de descontos

A taxa de desconto reflete a atual avaliação de mercado referente aos riscos relacionados à gestão dos recursos gerados pelas respectivas unidades geradoras de caixa.

Reajuste de preços de medicamentos

As estimativas são obtidas com base nos reajustes históricos e nas expectativas do mercado farmacêutico.

Estimativas de taxas de crescimento

São determinadas com base nos índices de mercado, no histórico de desempenho das unidades geradoras de caixa e nas expectativas futuras de desempenho avaliadas pela Administração da Companhia.

Notas Explicativas

12. Empréstimos e Financiamentos

Financiamento para aquisição de	Taxa média anual de juros de longo prazo	Controladora		Consolidado
		2011	2010	2011
BNDES - FINAME				
Máquinas, equipamentos e veículos	TJLP + 3,40% (+ 3,40% em 2010) a.a.	279	792	279
BNDES - FINEM				
Empreendimentos	TJLP + 2,27% (+ 2,36% em 2010) a.a.	17.957	33.375	17.957
Empreendimentos	IPCA + 7,44% + 2,30% (+ 7,44% + 2,30% em 2010) a.a.	3.909	5.508	3.909
Empreendimentos	IPCA + 7,32% + 2,38% (+ 7,32% + 2,38% em 2010) a.a.	6.893	8.917	6.893
BNDES - Subcrédito				
Empreendimentos	TJLP + 3,59% a.a.	42.740		42.740
Empreendimentos	Selic + 2,45% a.a.	4.687		4.687
Máquinas e equipamentos	Pré fixado 6,63% a.a.	4.062		4.062
Máquinas e equipamentos e veículos	TJLP + 1,79% a.a.	3.480		3.480
Capital de giro	Selic + 3,15% a.a.	3.670		3.670
BNDES				
Expansão de lojas	TJLP + 4,49% (+ 4,49% em 2010) a.a.			69.081
Banco Indusval				
Capital de giro	Pré fixado 14,75% (14,75% em 2010) a.a.			5.273
Arrendamento				
Máquinas, equipamentos e veículos	Pré fixado 1,74% (1,74% em 2010) a.m.			279
		<u>87.677</u>	<u>48.592</u>	<u>162.310</u>
Passivo circulante		<u>(24.928)</u>	<u>(20.355)</u>	<u>(50.325)</u>
Passivo não circulante		<u>62.749</u>	<u>28.237</u>	<u>111.985</u>

Obrigações da Controladora

Para os financiamentos com o BNDES, nas operações de FINAME da Companhia, foram oferecidos como garantia os próprios bens financiados, enquanto parte das operações de FINEM, tiveram como garantia fianças bancárias.

A Companhia tem parte dos financiamentos junto ao BNDES, substancialmente contratados na modalidade de subcréditos, totalizando R\$ 79.062 (R\$ 28.245 em 2010) condicionados ao cumprimento de duas cláusulas restritivas ("covenants"):

- (i) Margem EBITDA ajustado (EBITDA ajustado/Receita operacional líquida): igual ou superior a 3,6% e
- (ii) Dívida total líquida/Ativo total: igual ou inferior a 20%.

A mensuração dos "covenants" é anual, e em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 não houve descumprimento às referidas exigências.

Caso essas exigências não fossem cumpridas, a Companhia daria ao BNDES fiança bancária para garantir o cumprimento do contrato.

Notas Explicativas

Obrigações da Controlada (Raia S.A.)

Os empréstimos da Controlada Raia S.A. junto ao BNDES, totalizando aproximadamente R\$ 69.081, têm como finalidade a expansão de lojas. Os juros e o principal são amortizados mensalmente até o término dos contratos, que ocorrerá até março de 2015. Estes empréstimos são garantidos por fiança bancária dada pelo Banco Itaú, ao custo de 0,3% a.a.

O empréstimo da modalidade capital de giro junto ao Banco Indusval tem a finalidade de financiar a expansão de lojas e o capital de giro com vencimento previsto até novembro de 2012.

Os contratos de arrendamento têm como finalidade a expansão de lojas e aquisição de veículos e equipamentos. Os juros e o principal são amortizados mensalmente até o término dos contratos, que ocorrerá até setembro de 2013. Esses empréstimos são garantidos pelos mesmos bens objetos do arrendamento, no montante de R\$ 3.419 (R\$ 5.463 em 31 de dezembro de 2010) e por aval dos acionistas.

Os montantes a longo prazo tem a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado
	2011	2010	2011
2012		13.342	
2013	26.694	10.836	47.839
2014	20.236	4.059	36.222
2015	11.846		21.413
2016	3.973		6.511
	<u>62.749</u>	<u>28.237</u>	<u>111.985</u>

13. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

A Companhia e sua Controlada, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de naturezas tributárias, cíveis e trabalhistas. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais relacionados a demandas judiciais:

	Controladora		Consolidado
	2011	2010	
Trabalhistas e previdenciárias	3.384	(Reclassificado) 3.478	4.754
Tributárias			300
Cíveis			2.286
	<u>3.384</u>	<u>3.478</u>	<u>7.340</u>
(-) Depósitos judiciais correspondentes	(1.278)	(1.148)	(2.431)
Total	<u>2.106</u>	<u>2.330</u>	<u>4.909</u>
Passivo circulante	(1.428)	(1.264)	(1.637)
Passivo não circulante	678	1.066	3.272

A movimentação da provisão está demonstrada conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2011	2010	2011
Saldo Inicial	<u>2.330</u>	<u>1.427</u>	<u>2.330</u>
Adições por meio da combinação de negócios			2.954
Adições	1.232	1.153	1.649
Baixas por pagamentos	(1.359)	(864)	(1.608)
Reavaliação dos valores	(1.042)	(177)	(1.408)
Atualizações monetárias	1.074	980	1.121
Depósitos para defesas e recursos judiciais	(129)	(189)	(129)
Saldo Final	<u>2.106</u>	<u>2.330</u>	<u>4.909</u>

A provisão para demandas judiciais levou em consideração a melhor estimativa de valores, para os casos em que os advogados externos e internos entendem que são prováveis as expectativas de perdas, estando parcela de alguns dos pleitos garantida por bens dados em penhora (Nota 22) ou depósitos em juízo.

Perdas possíveis

A Companhia, em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis no montante de R\$ 7.580 e R\$ 8.545 respectivamente (R\$ 15.799 em 2011 no consolidado).

Notas Explicativas

Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 a Companhia apresentava os seguintes valores de depósitos judiciais para os quais não havia provisões correspondentes:

	2011	Controladora 2010	Consolidado 2011
Trabalhistas e previdenciárias	368	217	1.343
Tributárias	4.194	1.695	5.989
Cíveis			113
Total	<u>4.562</u>	<u>1.912</u>	<u>7.445</u>

Contingências Trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a processos de ex-funcionários questionando o recebimento de horas extras e verbas rescisórias não pagas. A Controlada Raia S.A. possui ainda ações movidas por ex-funcionários de empresas prestadoras de serviços terceirizados, reivindicando vínculo empregatício diretamente com a Controlada ou a condenação subsidiária desta no pagamento dos direitos trabalhistas reclamados. Existem ainda, por parte da Controlada, ações movidas por sindicatos de classe reivindicando contribuições sindicais em razão da discussão da legitimidade da base territorial.

Contingências Tributárias

Representadas por multas administrativas diversas, diferença de alíquota em transferências interestaduais e execuções fiscais.

Contingências Cíveis

A Controlada figura como ré em ações que discutem questões usuais e peculiares decorrentes da atividade que pratica, sendo na sua grande maioria ações de indenização por danos materiais e morais decorrentes das relações de consumo, como pedidos de indenização por protesto indevido de títulos e de relações de consumo (produtos com defeito, venda incorreta de medicamentos, abordagem de cliente em loja sob suspeita de furto etc.).

Notas Explicativas

14. Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social efetivos

O imposto de renda e contribuição social efetivos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 referem-se a:

	Controladora		Consolidado
	2011	2010	2011
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda	96.010	120.829	91.205
Juros sobre o capital próprio	(31.300)	(25.550)	(31.300)
Lucro tributável	64.710	95.279	59.905
Alíquota composta (imposto de renda - 25% e contribuição social - 9%)	34	34	34
Despesa teórica	(22.001)	(32.395)	(20.368)
Adições permanentes	(2.660)	(887)	(2.805)
Equivalência patrimonial	(3.347)		
Redução do imposto por incentivos	1.237	1.448	1.167
Outros	(543)	20	(503)
Despesa de imposto de renda e contribuição social efetiva	(27.314)	(31.814)	(22.509)
Alíquota efetiva	28,4%	26,3%	24,7%

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferido ativo no montante de R\$ 6.454 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 5.577 em 2010) para a Controladora e R\$ 43.753 em 2011 no consolidado, são decorrentes de despesas não dedutíveis temporariamente para os quais não há prazo para prescrição, com realização prevista para o próximo exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivo no montante de R\$ 10.938 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 3.949 em 2010) para a Controladora e R\$ 95.468 em 2011 no consolidado, está representada pelos encargos tributários incidentes sobre os saldos remanescentes: (i) da reserva de reavaliação; e (ii) do ágio sobre a rentabilidade futura.

Notas Explicativas

(c) Estimativa de recuperação dos créditos de imposto de renda e contribuição social

As projeções sobre os lucros tributáveis futuros consideram estimativas que estão relacionadas, entre outros, com a performance da Companhia, assim como o comportamento do seu mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Os resultados reais podem diferir das estimativas adotadas. De acordo com essas projeções, o crédito tributário tem o seguinte prazo estimado de realização:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2012	6.454	21.926
2013		11.619
2014		8.809
2015		1.399
	<u>6.454</u>	<u>43.753</u>

15. Lucro por ação

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>
Básico			
Lucro líquido	68.696	89.015	68.696
Média ponderada do número de ações ordinárias	<u>318.046</u>	<u>179.708</u>	<u>318.046</u>
Lucro por ação – básico	<u>0,21599</u>	<u>0,49533</u>	<u>0,21599</u>
Diluído			
Lucro líquido	68.696	89.015	68.696
Média ponderada do número de ações ordinárias	318.046	179.708	318.046
Potencial incremento nas ações ordinárias em função do plano de opção de ações		783	
Média ponderada do número de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição	<u>318.046</u>	<u>180.491</u>	<u>318.046</u>
Lucro por ação – diluído	<u>0,21599</u>	<u>0,49318</u>	<u>0,21599</u>

O plano de opções de ações foi liquidado em dezembro de 2011. Desta maneira, não foram identificados efeitos dilutivos a serem considerados no resultado de 2011, sendo iguais os lucros de ações básico e diluído deste exercício.

Notas Explicativas

16. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2011 (após a incorporação de ações da Controlada Raia S.A., mencionada na Nota 5), o capital social, totalmente integralizado no valor de R\$ 908.639, estava representado por 330.386.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais a quantidade de ações em circulação era de 176.375.078 unidades (109.596.252 unidades em 31 de dezembro de 2010).

O estatuto social da Companhia autoriza, mediante deliberação do Conselho de Administração, o aumento do capital social até o limite de 400.000.000 ações ordinárias.

A movimentação no número de ações em circulação da Companhia está demonstrada a seguir:

	Ações em circulação
Posição em 31 de dezembro de 2010	<u>109.596.252</u>
Vendas de ações vinculadas	10.452.301
Compra de ações vinculadas	(13.500)
Posição anterior a incorporação de ações da Raia S.A.	<u>120.035.053</u>
Acréscimo de ações em circulação decorrente da incorporação de ações da Raia S.A.	56.340.025
Posição em 31 de dezembro de 2011	<u><u>176.375.078</u></u>

Em 31 de dezembro de 2011 as ações ordinárias da Companhia estavam cotadas em R\$ 12,97 (fechamento do dia).

Notas Explicativas**(b) Remuneração aos acionistas**

Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado. O cálculo do dividendo proposto, incluindo a parcela atribuída como juros sobre o capital próprio, está demonstrado a seguir:

	Controladora	
	2011	2010
Lucro líquido do exercício	68.696	89.015
Reserva legal		(4.451)
Realização da reserva de reavaliação no exercício	202	202
Base de cálculo do dividendo (a)	<u>68.898</u>	<u>84.766</u>
Dividendo mínimo obrigatório, conforme previsão estatutária (25%)	<u>17.225</u>	<u>21.192</u>
Dividendo proposto		3.363
Juros sobre o capital próprio proposto	31.300	25.550
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	<u>(4.337)</u>	<u>(3.483)</u>
Remuneração líquida de imposto de renda retido na fonte (b)	<u>26.963</u>	<u>25.430</u>
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	<u>9.738</u>	<u>4.238</u>
% distribuído sobre a base de cálculo do dividendo (b ÷ a)	<u>39,13</u>	<u>30,00</u>

Foram apropriados juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 31.300 (R\$ 25.550 em 2010), obedecida a limitação da variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP nos exercícios de 2011 e de 2010, e de acordo com os limites de dedutibilidade da despesa para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido nos termos da Lei nº 9.249/95.

A movimentação das obrigações com dividendo e juros sobre capital próprio está demonstrada a seguir:

	Controladora	
	2011	2010
Saldo inicial	11.914	18.045
Adições	21.463	25.181
Pagamentos	(29.645)	(31.251)
Baixas	(70)	(61)
Saldo final	<u>3.662</u>	<u>11.914</u>

Notas Explicativas

(c) Ações em tesouraria

	<u>Controladora</u> <u>Quantidade</u> <u>(em unidades)</u>
Posição em 31 de dezembro de 2010	783.372
Venda de ações relativo ao exercício do plano de opção de ações em janeiro de 2011	(236.841)
Venda de ações relativo ao exercício do plano de opção de ações em dezembro de 2011	(546.531)
Posição em 31 de dezembro de 2011	<u><u> </u></u>

17. Plano de opção de compra de ações

Em 14 de janeiro de 2011, os diretores da Companhia exerceram a opção de compra de 236.841 ações, referente a outorga de opções de ações concedidas em 2010. O exercício da opção de compra das ações resultou em um ágio no valor de R\$ 305, apurado entre o valor das ações em tesouraria entregues aos diretores, no valor de R\$ 998, e o valor correspondente a aquisição das ações, de R\$ 1.303. O valor de aquisição dessas ações foi calculado com base no desembolso de caixa efetuado pelos diretores, no valor R\$ 265, e a realização do correspondente prêmio de opção das 236.841 ações adquiridas, no valor de R\$ 1.038.

Em 10 de novembro de 2011, através da ata de Assembleia Geral, o Plano foi cancelado e aprovado o exercício antecipado das opções outorgadas em 28 de junho de 2007 contra 546.531 ações em tesouraria, nos termos da proposta, sendo que estas foram exercidas entre os dias 11 de novembro de 2011 e 12 de dezembro de 2011 (inclusive). Nessa mesma Assembleia foi aprovada a proposta do novo plano de opção de compra de ações da Companhia.

Em 6 de dezembro de 2011 e 15 de dezembro de 2011, os diretores da Companhia exerceram a opção de compra de 546.531 ações, referente a outorga de opções de ações concedidas em 2011. O exercício da opção de compra das ações resultou em um ágio no valor de R\$ 735, apurado entre o valor das ações em tesouraria entregues aos diretores, no valor de R\$ 2.304, e o valor correspondente a aquisição das ações, de R\$ 3.039. O valor de aquisição dessas ações foi calculado com base no desembolso de caixa efetuado pelos diretores, no valor R\$ 644, e a realização do correspondente prêmio de opção das 546.531 ações adquiridas, no valor de R\$ 2.395.

Notas Explicativas

As variações nas quantidades de opções de compra de ações e seus correspondentes preços de exercício estão apresentados a seguir:

	<u>2011</u>		<u>2010</u>	
	Quantidade de opções	Preço médio ponderado de exercício por ação	Quantidade de opções	Preço médio ponderado de exercício por ação
Em aberto no início do período (*)	783.372	1,12	1.038.420	1,01
Outorgadas durante o período				
Perdidas durante o período				
Exercidas durante o período de janeiro de 2011 (*)	(236.841)	1,12	(255.048)	1,04
Exercidas durante o período de dezembro de 2011 (*)	(546.531)	1,18		
Expiradas durante o período				
Em aberto no final do período (*)			783.372	1,12

(*) A quantidade de ações considera o efeito do desdobramento à proporção de 1:3 das ações, ocorrido em 17 de dezembro de 2010.

O valor justo médio ponderado das opções concedidas durante 2007, determinado pelo modelo de avaliação Binomial Americano, foi de R\$ 13,16 por opção. As premissas relevantes consideradas no modelo foram: (i) preço da ação na data da outorga de R\$ 15,30, (ii) preço de exercício de R\$ 2,63, (iii) dividendo esperado de 2,29%, (iv) volatilidade esperada de 89,43% com base na BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo, (v) data da outorga e data máxima para o exercício e (vi) taxa de juros anual sem risco em média de 6,69%, com base no cupom DI x IGP-M - Índice Geral de Preços - Mercado da BM&F - Bolsa de Mercadorias e Futuros. A volatilidade foi mensurada pelo desvio padrão de retornos das ações, considerando uma análise estatística dos preços diários das ações durante o último ano da ata da outorga.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o total das despesas associadas ao plano de opção de ações apropriadas ao resultado montou R\$ 532 (R\$ 829 em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas**18. Receita líquida de vendas**

	Controladora		Consolidado
	2011	2010	2011
Receita bruta de vendas			
Receita de vendas de mercadorias	2.414.993	2.089.002	2.840.868
Receita de serviços prestados	3.843	2.747	4.550
	<u>2.418.836</u>	<u>2.091.749</u>	<u>2.845.418</u>
Impostos incidentes sobre vendas	(88.416)	(72.921)	(100.679)
Devoluções	(11.647)	(11.000)	(15.347)
Receita líquida de vendas	<u>2.318.773</u>	<u>2.007.828</u>	<u>2.729.392</u>

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de ICMS com alíquotas entre 17% e 18% preponderantemente, ISS com alíquota de 5% e contribuições relacionadas ao PIS (1,65%), COFINS (7,65%).

19. Informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2011	2010 (Reclassificado)	2011
Custo das mercadorias vendidas	(1.701.655)	(1.491.904)	(2.011.471)
Despesas com pessoal	(276.625)	(223.309)	(333.848)
Despesas com prestadores de serviços	(23.843)	(19.110)	(30.075)
Depreciação e amortização	(44.599)	(31.292)	(55.672)
Outras (i)	(157.239)	(128.241)	(188.415)
	<u>(2.203.961)</u>	<u>(1.893.856)</u>	<u>(2.619.481)</u>

Classificado na demonstração do resultado como:

	Controladora		Consolidado
	2011	2010 (Reclassificado)	2011
Custo das mercadorias vendidas	(1.701.655)	(1.491.904)	(2.011.471)
Com vendas	(383.250)	(312.185)	(464.112)
Gerais e administrativas	(74.457)	(58.475)	(88.226)
Depreciações e amortizações	(44.599)	(31.292)	(55.672)
	<u>(2.203.961)</u>	<u>(1.893.856)</u>	<u>(2.619.481)</u>

(i) Referem-se, principalmente, a gastos com aluguéis de imóveis, taxas de administração de cartões de crédito e débito, contas de consumo, materiais de uso e consumo e condomínios.

20. Outras despesas operacionais

As outras despesas operacionais totalizaram em 2011, um montante de R\$ 18.411 para a Controlada e R\$ 30.354 para o consolidado. Estes montantes são compostos por despesas extraordinárias decorrentes do processo de fusão.

Notas Explicativas**21. Receitas e despesas financeiras****(a) Receitas financeiras**

	<u>2011</u>	<u>Controladora 2010 (Reclassificado)</u>	<u>Consolidado 2011</u>
Descontos obtidos	265	18	318
Rendimentos de aplicações financeiras	17.299	12.257	20.721
Juros recebidos	59	62	59
Variações monetárias ativas	957	31	1.345
Outras receitas financeiras	4	4	4
Total das receitas financeiras	<u>18.584</u>	<u>12.372</u>	<u>22.447</u>

(b) Despesas financeiras

	<u>2011</u>	<u>Controladora 2010 (Reclassificado)</u>	<u>Consolidado 2011</u>
Juros, encargos e taxas bancárias	(1.407)	(824)	(1.544)
Encargos sobre financiamentos e empréstimos	(7.644)	(4.618)	(9.174)
Variações monetárias passivas	(81)	(73)	(81)
Total das despesas financeiras	<u>(9.132)</u>	<u>(5.515)</u>	<u>(10.799)</u>
Resultado financeiro	<u>9.452</u>	<u>6.857</u>	<u>11.648</u>

22. Garantias processuais

Foram oferecidos em garantia de processos tributários, previdenciários e trabalhistas os seguintes ativos imobilizados:

	<u>2011</u>	<u>Controladora 2010</u>	<u>Consolidado 2011</u>
Edificações		4.356	
Móveis e Instalações			350
Veículos			189
Outros	19	27	26
	<u>19</u>	<u>4.383</u>	<u>565</u>

Em 2 de setembro de 2011, foi cancelada a penhora relativa ao processo movido pelo INSS - Instituto Nacional de Seguro Social no montante de R\$ 4.808.

Notas Explicativas

23. Compromissos assumidos com contratos de aluguel

A Companhia e sua Controlada possuem contratos de aluguel por período variável de tempo, com prazos de vigência entre um a quinze anos. Os gastos com aluguéis anuais variam de acordo com a quantidade de lojas inauguradas. Em 31 de dezembro de 2011, os gastos com esses contratos de aluguel (incluindo aluguel, condomínio e Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU) foram de R\$ 6.096 (R\$ 4.861 em 2010) para a Controladora e R\$ 18.806 para o consolidado.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, os pagamentos mínimos futuros dos aluguéis de lojas (arrendamentos mercantis canceláveis) estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2011	2010	2011
Primeiros 12 meses	49.979	41.072	114.904
Entre 13 e 60 meses	108.167	95.429	249.067
Após 60 meses	17.761	6.312	45.763
	<u>175.907</u>	<u>142.813</u>	<u>409.734</u>

24. Instrumentos financeiros e política para gestão de riscos

O valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia, conforme demonstrado nas tabelas abaixo, se aproxima do seu valor justo.

Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a Companhia possui aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado, as quais são classificadas como “nível 1”.

Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros são o caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras e as contas a receber:

	Controladora		Consolidado
	2011	2010	2011
Valor justo por meio do resultado - mantidos para negociação			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	144.863	180.846	339.971
	<u>144.863</u>	<u>180.846</u>	<u>339.971</u>
Mantidos até o vencimento			
Aplicações Financeiras (DPGE)		15.319	
		<u>15.319</u>	
Recebíveis			
Contas a receber (Nota 7)	146.788	114.294	287.843
Outras contas a receber	22.002	16.723	79.340
	<u>168.790</u>	<u>131.017</u>	<u>367.183</u>
Total	<u>313.653</u>	<u>327.182</u>	<u>707.154</u>

Notas Explicativas

Passivos financeiros

Os principais passivos financeiros são as contas a pagar com fornecedores, os empréstimos e financiamentos e as demais contas a pagar:

Outros passivos financeiros	Controladora		Consolidado
	2011	2010	2011
Fornecedores	211.047	192.722	536.399
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	87.677	48.592	162.310
Outras contas a pagar	31.609	21.643	85.644
Total	330.333	262.957	784.353

As atividades da Companhia e de sua Controlada as expõem a diversos riscos financeiros, tais como risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia e de sua Controlada se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e operacionais e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

(a) Risco de mercado

Risco cambial

Todas as operações ativas e passivas da Companhia e sua Controlada são realizadas em Reais (R\$), não existindo risco em função de variações cambiais.

Risco de taxa de juros

A exposição da Companhia e de sua Controlada ao risco de taxas de juros refere-se, principalmente, às obrigações sujeitas a taxas variáveis. A Administração da Companhia entende que o único risco refere-se ao descasamento do financiamento do BNDES (R\$ 10.802) em IPCA + juros, contra a aplicação em CDI.

A maioria das operações junto ao BNDES é contratada com base na TJLP + juros e na taxa Selic. As aplicações financeiras são contratadas com base na variação do CDI, o que não acarreta grandes riscos em relação à taxa de juros, pois suas variações não são relevantes. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

(b) Risco de crédito

Os riscos de crédito estão relacionados aos nossos ativos financeiros, que são o caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras e as contas a receber.

O caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras são movimentados somente com instituições financeiras de reconhecida solidez.

Notas Explicativas

A concessão de crédito nas vendas de mercadorias segue uma política que visa minimizar a inadimplência. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, as vendas com recebimento a prazo representaram 46% (48% para o consolidado), sendo que desse total 87% (84% para o consolidado) são relativas a vendas com cartão de crédito, que, na opinião da Companhia e com base no histórico de perdas, são de baixíssimo risco. Os outros 13% (16% para o consolidado) que são créditos com Programas de Benefícios de Medicamentos ("PBM's"), convênios e cheques pré-datados, são de pequeno risco, dada a seletividade dos clientes e a adoção de limites individuais.

(c) Risco de liquidez

A Administração da Companhia acompanha continuamente as previsões de liquidez necessárias para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa é aplicado em ativos financeiros com vencimentos apropriados de forma a garantir liquidez necessária ao cumprimento de suas obrigações.

(d) Análise de sensibilidade

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que podem gerar prejuízos.

O cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração considera um horizonte de três meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

Controladora				
Operação	Risco	Cenário I (provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras - CDI	Acréscimo de 0,5%	646	808	969
Receita		646	808	969
Financiamentos BNDES (IPCA + juros)	Descasamento de 1%	108	135	162
Despesa		108	135	162

Consolidado				
Operação	Risco	Cenário I (provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras - CDI	Acréscimo de 0,5%	1.542	1.928	2.313
Receita		1.542	1.928	2.313
Financiamentos BNDES (IPCA + juros)	Descasamento de 1%	108	135	162
REFIS (Selic)	Acréscimo de 0,5%	21	26	32
Despesa		129	161	194

A Companhia não considera provável o risco de alteração na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), à qual estão sujeitas as operações com BNDES que possam gerar prejuízos materiais para a Companhia.

Notas Explicativas

(e) Gestão de capital

O objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é a manutenção da capacidade de investimento, permitindo viabilizar seu processo de crescimento e oferecer retorno adequado aos seus acionistas.

A Companhia tem como política não alavancar sua estrutura de capital com empréstimos e financiamentos, exceção feita a linhas de longo prazo do BNDES (FINEM/FINAME), com taxas adequadas aos níveis de rentabilidade da empresa.

Dessa forma, o índice de alavancagem financeira é negativo, e é o resultado da divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida resulta da somatória dos financiamentos subtraído do total de caixa e equivalentes de caixa, conforme demonstramos abaixo:

	Controladora		Consolidado
	2011	2010	2011
Financiamentos de curto e longo prazo	87.677	48.592	162.310
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(144.863)	(180.846)	(339.971)
Dívida líquida	<u>(57.186)</u>	<u>(132.254)</u>	<u>(177.661)</u>
Patrimônio líquido	2.201.174	598.617	2.201.174
Índice de alavancagem financeira	<u>-3%</u>	<u>-22%</u>	<u>-8%</u>

(f) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores, pelo valor contábil, estejam próximos de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos, de no máximo 60 dias.

O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. As taxas de juros efetivas nas datas dos balanços são as habituais no mercado e os seus valores justos não diferem significativamente dos saldos nos registros contábeis.

As aplicações financeiras, representadas por aplicações em CDB (Nota 6) e classificadas como valor justo por meio do resultado - mantidos para negociação, foram avaliadas com base na taxa de remuneração contratada junto a respectiva instituição financeira, considerada como taxa habitual de mercado.

25. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem como política não operar com instrumentos financeiros derivativos.

Notas Explicativas

26. Transações com partes relacionadas

(a) As transações com partes relacionadas consistem em operações com acionistas da Companhia e pessoas vinculadas a estes, os quais realizaram as seguintes transações:

	Relacionamento	Controladora		Receitas
		Ativo Circulante	2011	
Valores a receber Convênios (i) Regimar Comercial S.A. Heliomar S.A.	Acionista / Família	4	61	66
	Acionista / Membro do Conselho de Administração	2	21	16
		6	82	82
Locações de espaço em lojas (i) Enox Publicidade S.A.	Acionista / Membro do Conselho de Administração	20	59	62
		20	59	62
		26	141	144
		Passivo Circulante	2011	Despesas
			2010	2010
Valores a pagar Aluguéis (ii) Administradora PMV S.A. Heliomar S.A.	Acionista / Família	40	471	431
	Acionista / Membro do Conselho de Administração	13	142	134
		53	613	565
Fornecedores de serviços (ii) Tulipa Comunicação Ltda. Zurcher, Ribeiro Filho, Pires Oliveira Dias e Freire - Advogados	Acionista / Família		755	666
	Acionista / Família		670	572
		53	1.425	1.238
		82	2.038	1.803

Notas Explicativas

	Relacionamento	Consolidado	
		Ativo Circulante	Receitas
		2011	2011
Valores a receber			
Convênios (i)			
Regimar Comercial S.A.	Acionista / Família	4	61
Heliomar S.A.	Acionista / Membro do Conselho de Administração	2	21
		<u>6</u>	<u>82</u>
Locações de espaço em lojas (i)			
Enox Publicidade S.A.	Acionista / Membro do Conselho de Administração	20	59
		<u>20</u>	<u>59</u>
		<u>26</u>	<u>141</u>
		Passivo Circulante	Despesas
		2011	2011
Valores a pagar			
Aluguéis (ii)			
Administradora PMV S.A.	Acionista / Família	40	471
Heliomar S.A.	Acionista / Membro do Conselho de Administração	13	142
Antonio Carlos Pipponzi	Acionista / Membro do Conselho de Administração	6	11
Rosalia Pipponzi Raia	Acionista / Membro do Conselho de Administração	6	11
Franco Maria David Pietro Pipponzi	Acionista / Membro do Conselho de Administração	6	11
		<u>71</u>	<u>646</u>
Fornecedores de serviços (ii)			
Tulipa Comunicação Ltda.	Acionista / Família		755
Zurcher, Ribeiro Filho, Pires Oliveira Dias e Freire - Advogados	Acionista / Família		670
Rodrigo Wright Pipponzi (Editora Mol Ltda.) (iii)	Acionista / Família	440	425
Rodrigo Wright Pipponzi (Estúdio Mol Design) (iii)	Acionista / Família	7	
		<u>447</u>	<u>1.850</u>
		<u>518</u>	<u>2.496</u>

(i) Vendas realizadas por convênios e contratos de locação de espaço. Essas transações são firmadas em condições comerciais equivalentes às praticadas com outras empresas.

(ii) Aluguel de lojas, fornecimento de serviços de marketing e assessoria jurídica. Essas transações são contratadas em condições usuais de mercado.

Notas Explicativas

- (iii) Os saldos e transações mantidos com Editora Mol Ltda. e Estúdio Mol Design referem-se a contratos de prestação de serviços relacionados à elaboração, criação e produção de materiais de divulgação da área de vendas institucionais e concepção de revista mensal de circulação interna da Companhia. Os contratos têm prazo indeterminado e podem ser rescindidos por qualquer uma das partes sem custo ou penalidade.

Adicionalmente, informamos que não existem outras transações adicionais, que não os próprios valores apresentados acima e que a categoria das partes relacionadas é de pessoal chave da Administração da entidade.

- (b) Remuneração do pessoal-chave da Administração.

O pessoal-chave da Administração compreende os Diretores, Conselheiros de Administração e Fiscal. A remuneração paga ou a pagar por serviços prestados está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2011	2010	2011
Proventos e encargos sociais	4.668	4.291	5.513
Gratificações e encargos sociais	10.036	2.506	13.268
Plano de opção de ações	532	829	532
	<u>15.236</u>	<u>7.626</u>	<u>19.313</u>

27. Cobertura de seguros

A Companhia tem a política de manter apólices de seguros em montantes considerados suficientes, para cobrir eventuais sinistros que possam atingir seu patrimônio ou responsabilidade civil a ela imputada. Considerando-se a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros, a Companhia mantinha as seguintes coberturas de seguros em 31 de dezembro de 2011:

	Controladora		Consolidado
	2011	2010	2011
Riscos com perdas em estoques	45.164	33.755	250.164
Bens do ativo permanente	49.477	39.604	78.227
Lucros cessantes	3.607	2.854	23.727
Riscos de responsabilidade civil	7.934	6.150	8.534
	<u>106.182</u>	<u>82.363</u>	<u>360.652</u>

As premissas de risco adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras. Conseqüentemente, não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

Notas Explicativas

28. Transações não envolvendo caixa

No exercício de 2011, a única transação não envolvendo caixa na Companhia foi a combinação de negócios com a Raia S.A. detalhada na Nota 5.

29. Eventos Subsequentes

Em 12 de dezembro de 2011 foi publicado o Decreto 57.608, que disciplina a concessão de regime especial para atribuição da condição de substituto tributário às empresas varejistas que realizem operações com mercadorias por meio de centros de distribuição localizados neste Estado, para fins de retenção e recolhimento do ICMS incidente sobre as saídas subsequentes. Por conta da edição do referido Decreto, a Companhia encontra-se em fase preparatória para ingressar com o referido pedido de regime especial, notadamente, modificação de sistemas, escrituração e outras obrigações acessórias pertinentes à condição de substituto tributário. Uma vez concedido o regime especial em comento, extingue-se a geração de novos créditos, sendo certo que os valores já acumulados passarão a ser consumidos mensalmente na escrita fiscal (sistema de débito e crédito) em decorrência da geração de débitos de ICMS na condição de contribuinte substituto tributário. A Companhia estima operar na condição de substituto tributário a partir do segundo trimestre de 2012, momento em que deverá ser apurado todo o imposto pago sobre as mercadorias em estoque para tomada de crédito (art. 10 e seguintes do Decreto 57.608/2011).

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas
Raia Drogasil S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Raia Drogasil S.A. ("Companhia", anteriormente denominada Drogasil S.A.), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Raia Drogasil S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Raia Drogasil S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Raia Drogasil S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 21 de março de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Luiz Carlos Nannini
Contador CRC-1SP171638/O-7

Alexandre Rubio
Contador CRC-1SP223361/O-2

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal da Companhia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das demonstrações financeiras e do relatório anual da Administração, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, e, com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando, ainda, o parecer favorável sem ressalvas dos auditores independentes, Ernst & Young Terco Auditores Independentes, os membros do Conselho Fiscal concluíram que os documentos acima, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, e opinaram, por unanimidade, pelo seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, a ser convocada nos termos da Lei nº 6.404/76.

São Paulo, 21 de março de 2012.

Gilberto Lério
Conselheiro Fiscal

Fernando Carvalho Braga
Conselheiro Fiscal

Mário Antonio Luiz Corrêa
Conselheiro Fiscal

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM 480/09, os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras.

São Paulo, 21 de março de 2012.

Cláudio Roberto Ely
Diretor Presidente

Antonio Carlos de Freitas
Diretor

Eugênio de Zagottis
Diretor

Fernando Varela
Diretor

Marcello de Zagottis
Diretor

Ricardo Castro de Azevedo
Diretor

Rosângela Lutti
Diretora

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em conformidade com o artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM 480/09, os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e com as opiniões expressas no parecer no parecer dos auditores independentes.

São Paulo, 21 de março de 2012.

Cláudio Roberto Ely
Diretor Presidente

Antonio Carlos de Freitas
Diretor

Eugênio de Zagottis
Diretor

Fernando Varela
Diretor

Marcello de Zagottis
Diretor

Ricardo Castro de Azevedo
Diretor

Rosângela Lutti
Diretora